



N.º 22

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO / DO MANDATO 2021/2025.

1 Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e
2 trinta minutos, no Palácio D. Manuel reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a
3 seguinte **Ordem do Dia**:

4 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

5 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

6
7
8
9 a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.

10
11 b) Proposta de aprovação da Ata número 19 da sessão ordinária de 26 de abril de
12 2024.

13 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

14
15
16 Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta o seguinte
17 ponto:

- 18
19 1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
20 como a situação financeira do mesmo – Para conhecimento.
- 21 2. Projeto de Regulamento Municipal para Serviços de Partilha de
22 Micromobilidade na cidade de Évora.
- 23 3. Adendas aos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de
24 Escolas do Concelho de Évora | Transferência de Competências no
25 domínio da Educação.
- 26 4. Carta Educativa de Évora.
- 27 5. Aquisição de serviços de Auditor Externo para Certificação Legal de
28 Contas.
- 29 6. 16º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de
30 2024 – Para conhecimento.
- 31 7. Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de
32 Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal referente aos anos
33 de 2022 e 2023 – Para conhecimento.

34 **IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

35
36
37 O Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão cumprimentando o senhor
38 Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
39 presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.

- 1 Estiveram presentes os membros da Mesa:
2 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**
3 **1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano**
4 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**
5
6 O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais
7 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:
8 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
9 - Maria Clara Canotilho Grácio
10 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
11 - Joaquim Manuel Manageiro Ramalho (em substituição de José Maria Rodrigues
12 Figueira)
13 - Ulisses Sarmiento Pinto Grave Couvinha (em substituição de Gertrudes da Conceição
14 Gomes Pastor)
15 - António João Tonaco Gavela
16 - Isidro José de Oliveira Lobo
17 - Joaquim António Filipe Pimpão
18 - Hermógenes Ferreira da Silva Boleto Simões Ribeiro (em substituição de Bruno Manuel
19 dos Santos Martins)
20 - José Vitorino Piteira
21 - David Miguel Mirrado Lopes
22 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
23 - Maria Cristina Correia Santos Mata
24 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
25 - Natanael José Carvalho da Vinha
26 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
27 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
28 - Bernarda Julieta da Noite Cota
29 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
30 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
31 - Luís Carlos Fialho Pardal
32 - Redolfo Constantino Pereira
33 - Paula Cristina Nobre de Deus
34 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
35 - António Carlos Lança Carriço (em substituição de Ana Raquel Simões de Abreu
36 Taboleiros)
37 - Francisco Manuel Branco de Brito
38 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
39 - Luís Maria Nunes dos Santos
40 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
41 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
42
43 A Câmara Municipal fez-se representar por:
44 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
45 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
46 - Alexandre Manuel Rosa Varela
47 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
48 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão
49 Calixto)
50 - Patrícia José Correia Raposinho
51 - Florbela da Luz Descalço Fernandes

1 I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público
4 e questionou se alguém pretendia intervir, tendo-se verificado o seguinte pedido.

5
6 O Município Jorge Raposo, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da
7 Cooperativa Giraldo sem Pavor e também em nome da Cooperativa Boa Vontade, ali
8 representada por José Louro, começou por referir o papel das cooperativas que existiam
9 há mais de 40 anos, que, naquele momento, tinham praticamente cerca de 2000 casas
10 construídas em Évora e que foram a solução da habitação para a maior parte da população
11 de Évora durante muitos anos. Durante o período mais fulgurante, mais significativo, no
12 tempo do Dr. Abílio Fernandes, em que iniciaram a Malagueira, mas também construíram
13 em muitos locais, e depois tiveram talvez o maior empreendimento final que foi o do
14 Moinho, pelo que explicou que a falta de capacidade financeira das cooperativas se devia
15 a não poderem ter mais que 2,5% de lucro em cada uma das ações de construção que
16 faziam, por isso não podiam pagar os terrenos e faziam uma permuta, em que 58% era
17 para a cooperativa e 42% para os proprietários dos terrenos.

18 Aproveitou para esclarecer que, sobre a polémica referente à questão do Minho, as
19 cooperativas não tinham qualquer relação com aquela campanha, que era promovida
20 pelos donos dos terrenos em defesa dos seus interesses e que os cerca de 24 donos eram
21 representados por uma sociedade.

22 Expôs que aquele esclarecimento era essencial para falar sobre o Moinho 2, em que
23 pretendiam repetir o mesmo processo, que começaram em 2001/2002. No entanto só em
24 2012 foi aprovado o Plano de Pormenor que ainda estava em vigor naquele momento,
25 pelo que ficaram admirados quando, na primeira proposta de revisão do PDM, havia uma
26 comissão, para que aquele terreno voltasse a ser classificado de rústico, portanto para
27 eles não fazia sentido, porque a classe média baixa só conseguiria ter casa, ou a perspectiva
28 de ter casa, em Évora, através das cooperativas, não havendo outra solução.

29 Reconheceu que começaram a ser diferentes as condições dos bancos, o Estado deixou
30 de financiar a construção a custos controlados e que com estas dificuldades maiores
31 praticamente desapareceram todas as cooperativas, tendo sido tempos difíceis, mas que
32 conseguiram, mais ou menos, suportar e, naquele momento, com a enorme falta de casas
33 em Évora, o projeto do Moinho 2 era acarinhado por todas as forças políticas. Contudo o
34 que os preocupava, em termos documentais, era o facto de constar o contrário àquele
35 objetivo, uma vez que ao terem acesso ao relatório da Comissão, que estava a efetuar a
36 revisão do Plano, verificaram que existia, novamente, uma situação que complicava todo
37 o projeto, existindo um PIP, aprovado pela Câmara, para a primeira fase de 350 fogos,
38 mas na totalidade, quer em termos de infraestruturas, quer em termos da viabilidade do
39 projeto, de cerca de 950 fogos, 400 dos quais eram detidos pelas cooperativas, sendo
40 fundamental, até para a sobrevivência das próprias cooperativas, que só fazem sentido se
41 satisfizerem as necessidades de habitação.

42 Concluiu solicitando o apoio da Assembleia Municipal, porque iria analisar a última
43 revisão do PDM, para que mantivesse o Plano de Pormenor do projeto do Moinho 2, por
44 ser a solução para a questão da construção de habitação a custos controlados.

45
46 **O Presidente da Câmara** salientou e sublinhou o seu profundo apoio ao movimento
47 cooperativo de habitação porque considerava que aquela era uma das grandes formas de
48 poder garantir habitação social e acessível para todos, o que naquele momento
49 infelizmente não se verificava.

50

1 Relativamente àquela matéria disse que foram colocadas algumas questões que convinha
2 esclarecer, porque desde que foi apresentada, na reunião de Câmara, a primeira versão da
3 alteração ao PDM, ficou explicado, que aquela situação estava por si resolvida, mas que
4 se tem arrastado e, portanto, convinha referir algumas questões.

5
6 Esclareceu que o Plano de Pormenor do Moinho 2, ou da Torregela, foi aprovado e
7 publicado em 2012 e que desde então, até ao início da alteração do PDM, não tinha
8 entrado na Câmara qualquer proposta para se começar a construir naquele local, ou seja,
9 quando se começou a realizar a alteração do PDM, no final de 2021/2022, a equipa que
10 estava a trabalhar, e não havendo nenhuma proposta na Câmara para aquele local nem
11 das cooperativas nem dos particulares, propôs de facto, cumprindo a lei, e não havendo
12 nenhuma proposta ou intenção de proposta, que o solo que estava como solo urbanizável
13 passasse a solo rústico. Contudo, de imediato quando verificaram que o Plano de
14 Pormenor estava em vigor e que havia uma intenção das cooperativas de avançar, falou
15 com as mesmas e sugeriu que pudessem avançar com um pedido de informação prévia,
16 no sentido de haver um documento que permitisse exatamente responder à questão da
17 Lei. Assim, as cooperativas apresentaram um PIP que foi aprovado em 2023, com o prazo
18 limite de 2 anos, podendo ser prorrogável por mais 1 ano, ou seja, em termos práticos as
19 obras de urbanização poderão iniciar-se até agosto de 2026, isto é, não havia nada que
20 impedisse que as obras pudessem avançar e que naquela altura tinha sido assumido
21 publicamente, na Câmara, por todas as forças políticas, que o terreno do Moinho, ou da
22 Torregela, não passaria a rústico, permaneceria como terreno para urbanizar.

23 Realçou que foi efetuada uma alteração e não uma revisão do PDM, como o Dr. Jorge
24 Raposo disse, obrigatória por lei, para adaptar o PDM à Lei dos Solos, que retirou a
25 categoria de solo urbanizável, portanto os solos ou eram urbanos ou rústicos, e a lei
26 determinou como aquele processo seria efetuado, pelo que assumindo aquela questão
27 explicaram, também, que iria existir um período de discussão informal, que foi realizada,
28 e para evitarem o recomeço de todo o processo inicial, aquela e outras alterações, que
29 tinham sido logo assumidas, só seriam explicitadas na proposta final para a reunião de
30 Câmara, que ainda não existe, e quando referiu que havia um documento da discussão
31 pública informal transmitiu que não existia nenhum documento formal com proposta para
32 a reunião de Câmara.

33 Confirmou que a cooperativa apresentou uma proposta de loteamento que tem estado em
34 análise na Câmara em que detetaram algumas divergências entre o que era proposto no
35 projeto de loteamento e o que estava no Plano de Pormenor, mas este tinha de ser
36 respeitado porque estava em vigor e, portanto, implicava que pudessem ver se seria
37 possível alterá-lo, havendo uma vontade de alteração, e posteriormente verificarem se o
38 loteamento poderia ou não ser alterado, mas o que não podiam fazer era um loteamento
39 que não estivesse de acordo com o Plano de Pormenor, portanto, era o que estava em
40 causa.

41
42 Evidenciou que a questão fundamental era que naquele momento isso estava garantido,
43 que a proposta final iria à reunião de Câmara, embora ainda não houvesse nenhum
44 documento oficial, pelo que reiterou que irá ser apresentada na reunião de Câmara,
45 garantindo que o terreno do Moinho 2, ou da Torregela, permaneceria como urbanizado,
46 naturalmente tendo de respeitar as regras e os prazos que a própria lei determina.

47
48 Concluindo, o **Presidente da Câmara** afirmou que estava garantida a pretensão da
49 cooperativa, que o loteamento, respeitando o Plano de Pormenor, poderia avançar e que
50 as obras poderiam iniciar até agosto de 2026, com o PIP.

51

1 **O deputado Natanael Vinha** disse que o movimento associativo e cooperativo era
2 valorizado pelo Partido Socialista, que reconhecia o seu papel e valias, pelo historial de
3 sucesso em Évora daquele tipo de solução habitacional, que existia também uma escassez
4 de habitação e cada dia que passava, e passaram já anos e anos, era um dia perdido e não
5 bastava dizer que se fazia, que se promovia, que se resolvia e nada acontecia.

6 Referiu que o Partido Socialista já tinha tido a oportunidade de se pronunciar sobre aquele
7 projeto e a sua inserção no PDM, em outros órgãos autárquicos, e mantinham e reiteravam
8 as posições tomadas e não deixariam cair aquela questão, pelo que fariam o que estivesse
9 ao alcance, para que a mesma tivesse sucesso, considerando que o interesse geral e a óbvia
10 urgência em presença, eram alheios a todo e qualquer interesse empresarial que se
11 manifestasse sobre aquele assunto; defendiam o cumprimento da lei e das normas, mas
12 estariam atentos aos desmandos, eventualmente, efetuados em seu nome.

13 Agradeceu aos promotores daquelas cooperativas que têm resistido historicamente, ao
14 longo dos anos, o terem ido ali partilhar com eles a sua dificuldade, primeiro porque era
15 um ato a que o cidadão tem direito e depois porque o fizeram de forma urbana e
16 estruturada e, portanto, quando assim era, ganhavam todos.

17

18 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
19 intervenção do público, referiu que, na Ordem do Dia, no ponto 4, estava agendada a
20 Carta Educativa de Évora e informou do pedido do Presidente da Câmara para a inclusão
21 antecipada de uma videoconferência sobre o tema, que colocou à apreciação da
22 Assembleia.

23

24 **O Presidente da Câmara** esclareceu que era a exposição por parte da equipa externa que
25 tinha elaborado a Carta Educativa, que poderiam facultar elementos interessantes para a
26 sua discussão e explicou que tratando-se de uma equipa externa, para não a obrigar a estar
27 várias horas à espera até à apresentação do ponto, propuseram aquela solução, mas
28 naturalmente a Assembleia era soberana.

29

30 **O deputado Natanael Vinha** referiu que deveria tratar-se o período Antes da Ordem do
31 Dia e depois ao entrarem na Ordem do Dia antecipavam aquele ponto, para ser o primeiro.
32 Questionou se existia alguma previsão relativamente à duração de apresentação e
33 discussão, porque para além do que estava estatuído na grelha de tempos, que lhes foi
34 distribuída, já tinham tido ali apresentações que demoraram um quarto de hora e outras
35 que demoraram uma hora o que e não era completamente irrelevante.

36

37 **O Presidente da Câmara** clarificou que não estavam a propor que se antecipasse o ponto
38 da Ordem do Dia, mas apenas a apresentação relativamente ao mesmo, que seria discutido
39 no seu momento, acrescentando que apontavam para uma duração cerca de um quarto de
40 hora, mas que a Assembleia decidiria o que entendesse ser melhor.

41

42

43 **O deputado Francisco Figueira** considerou que as pessoas que produziram aquela Carta
44 Educativa não eram membros da Assembleia e estavam ali de boa vontade para lhes fazer
45 aquela apresentação por videoconferência, sendo de bom senso não serem forçadas a
46 esperar, que seria mais por respeito pelo trabalho daquelas pessoas do que propriamente
47 procedimental, embora compreenda as questões regimentais, e informou que era a opinião
48 da sua bancada e estavam de acordo em ouvir, de imediato, aquela apresentação.

49

50 **A deputada Elmina Lopes** informou que a CDU estava de acordo, tendo em conta as
51 razões alegadas, que a apresentação fosse antecipada.

1
2 **A deputada Paula Pita** informou que o MCE também estava de acordo com a
3 antecipação da apresentação.

4
5 **O deputado Gonçalo Costa** disse que, tendo em consideração os argumentos
6 apresentados e uma vez que não tinham conhecimento de que era uma equipa externa a
7 realizar a apresentação, também concordavam que fosse antecipada, mas que doravante
8 este tipo de situação deveria ser evitado.

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Dr. André Silva para iniciar a
11 apresentação, cujo documento faz parte integrante da presente Ata.

12 *“CARTA EDUCATIVA DE ÉVORA”*

13
14 **O Presidente da Câmara** agradeceu a exposição detalhada e perguntou se havia alguma
15 questão que quisessem colocar ao Dr. André Silva, mas que obviamente iriam discutir
16 posteriormente no devido ponto.

17
18 **Os/as Deputados/as** de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal,
19 intervieram, sobre as matérias apresentadas na Carta Educativa de Évora, colocando
20 dúvidas e questões, as quais foram prontamente respondidas pelo Dr. André Silva.

21
22 **O Presidente da Câmara** informou que o plano foi aprovado, estando a ser constituído
23 o Plano de Ação e que têm, como previsto, vindo a intervir junto das Escolas porque se
24 trata de uma Carta Educativa para 10 anos.

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Dr. André Silva e à equipa
27 técnica, que lhes proporcionou a apresentação da Carta Educativa, e disse que iam seguir
28 os trabalhos.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período de Antes da Ordem do
31 Dia.

32 **I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

33 **a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.**

34
35 **b) Proposta de aprovação da Ata número 19 da sessão ordinária de 26 de abril de**
36 **2024.**

37
38
39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iria fazer uma pequena
41 intervenção escalonada em 3 pontos, sendo o primeiro sobre um documento que tinha
42 circulado intitulado Moção e do qual seria o primeiro subscritor, deixando claro que,
43 enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não tinha assinado nem subscrito qualquer
44 documento, nem tinha estado na origem de qualquer documento ou pronunciado a favor
45 de qualquer documento e, portanto, não tinha qualquer relação com um documento que
46 apareceu e que já tinha feito saber aos autores do documento que aquela atitude era
47 reprovável, repudiando inteiramente aquele procedimento.

48 O segundo ponto foi sobre ter chegado, também, ao seu conhecimento uma carta escrita
49 por um Presidente de uma Junta de Freguesia aos seus fregueses, que lhe suscitou agrado
50 pela coragem que demonstra na defesa do território e do bem-estar das suas gentes e por
51 isso, embora não fosse comum nem regulamentar, expressou ao senhor Deputado Redolfo

1 Pereira, Presidente da União das Freguesias São Sebastião e Nossa Senhora da Boa Fé, o
2 seu louvor.
3 Por último manifestou, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, a sua preocupação
4 quanto a alguns aspetos que se figuravam como um atraso na preparação de Évora Capital
5 da Cultura 2027. Claro que foi sempre um grande orgulho para todos que Évora tivesse
6 sido eleita para aquele título e logo em 2023 manifestou, na Assembleia, a sua
7 preocupação quanto ao que lhe pareceu ser um atraso no andamento do processo e o
8 senhor Presidente da Câmara fez o favor de o tranquilizar, mas o facto era que estavam
9 em finais de 2024 e havia algumas questões que não estavam, na sua perspetiva, a correr
10 bem.
11 Referiu que a proposta explanada no Bid Book contemplava áreas distintas de ação, mas
12 iria elencar aquelas três, em primeiro lugar um programa cultural e artístico, em segundo
13 lugar um programa de intervenção física de reabilitação e edificação e em terceiro lugar
14 a criação de uma entidade gestora de todas as ações, e em todos aqueles três domínios se
15 identificavam atrasos potencialmente comprometedores do sucesso do empreendimento.
16 No que concerne ao programa cultural e artístico, particularmente focado nas cerimónias
17 de abertura e de encerramento, recordou que aquele programa se estruturava em três
18 linhas temáticas, espaço, tempo e matéria, as quais se desdobravam em 22 programas,
19 concretizáveis em 56 projetos a que se adicionavam 22 projetos selecionados por call's
20 internacionais e 54 regionais, cujo lançamento estava previsto a partir de 2023. Qual era
21 a pressa, perguntarão, tem a ver com o facto de saberem que os melhores artistas
22 internacionais, aqueles que poderiam responder, terem suas agendas comprometidas com
23 vários anos de antecedência e, portanto, não era indiferente solicitar uma resposta com 4
24 anos de antecedência, ou com 2 anos ou 1 ano e meio, e daí a sua preocupação e
25 inquietação de virem a ter porventura uma resposta menos qualificada do que aquela que
26 seria desejável.
27 No que respeita às ações de reabilitação e edificação, afirmou terem o Centro Nacional
28 para a Dança Contemporânea que estava previsto por transformação de instalações do
29 antigo núcleo de seleção de armazenamento de sementes e figura-se-lhe que aquele
30 projeto teria poucas probabilidades de se realizar, visto que aquele edifício pertencia ao
31 Estado e não ao município e que, até àquela data, não tinha transitado para a posse da
32 Câmara, portanto, estavam praticamente a dois anos do início do evento e o edifício não
33 estando na posse da Câmara seria difícil que pudesse concluir as suas obras de adaptação
34 em tempo útil. Em relação à Casa dos Bonecos, que resultaria da reabilitação dos antigos
35 armazéns da Palmeira, não conseguiu obter qualquer informação.
36 Relativamente ao Centro Cultural de utilizações múltiplas, a construir junto à Porta de
37 Avis, apurou que tinha sido objeto de um concurso para projeto e foi-lhe dito que se tudo
38 corresse bem poderia entrar em obra em 2025 e se tudo corresse muito bem poderia estar
39 concluído em 2027, mais uma vez a sua inquietação porque, com a experiência de gestor
40 público que lhe assistia, sabia que dificilmente as coisas correriam muito bem.
41 Por último, em relação à implementação de todas aquelas vertentes da proposta Évora
42 2027 desde o planeamento, à operacionalização, à monitorização e à gestão do legado,
43 deveria estar sob a responsabilidade de uma entidade para o efeito criada, a Associação
44 Évora 27, que dispõe de uma Assembleia Geral e de uma Comissão Executiva,
45 encabeçada por um diretor executivo e um diretor artístico, e que em junho de 2023,
46 salvo erro, tinha sido assinado o Protocolo de Cooperação entre o Estado e o Município
47 com vista à implementação da Capital Europeia da Cultura, que em fevereiro de 2024
48 tinha sido criada a Associação Évora 2027, em junho, salvo erro, a Associação aceitou o
49 nome proposto pelo Governo para diretora executiva, Dra. Maria do Céu Ramos e em
50 finais de Setembro 2024, portanto naquele dia, a Dra. Maria do Céu Ramos ainda não
51 tinha tomado posse, porque ainda não havia acordo sobre o estatuto remuneratório e o

1 tempo vai passando, e manifestou, uma vez mais, a sua preocupação com o andamento
2 daquele processo.

3
4 **A deputada Clara Grácio** referiu que a Assembleia se regia por um Regulamento e por
5 leis que delimitavam o que acontecia na Assembleia e, tendo todo o respeito pela
6 presidência da Assembleia Municipal, disse que tinha completamente determinada a sua
7 função e que estava no Regulamento aprovado por aquela Assembleia. Referiu ter havido
8 uma intervenção do Senhor Presidente sobre três temas em que os membros da
9 Assembleia não iam poder discutir, nem tinham tempo para responder, portanto,
10 considerou que não se deveria extrapolar nem ir além do regulamentado, com a
11 apresentação de opiniões pessoais, sobre determinadas questões o que não era, de maneira
12 alguma, a forma de dirigir uma Assembleia, nem regulamentar, enquanto uma função que
13 tem como missão dirigir aquela própria Assembleia.

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a opinião da senhora deputada e
16 informou que iriam passar ao ponto seguinte, colocando à votação a Proposta de aprovação
17 da Ata número 19 da sessão ordinária de 26 de abril de 2024.

18
19 **Deliberação da Ata nº 19 de 26-04-2024:**

20 **Aprovada por unanimidade.**

21 Os deputados municipais David Miguel Mirrado Lopes (MICAZA), José Vitorino Piteira
22 (MMPI), Hermógenes Ferreira da Silva Boletto Simões Ribeiro (BE), João Gonçalo
23 Rebelo Fernandes Costa (PS), Lília Graciete Zambujo Fidalgo (CDU), Gertrudes da
24 Conceição Gomes Pastor (CDU), Joaquim Manuel Manageiro Ramalho (CDU), Ulisses
25 Sarmiento Pinto Grave Couvinha (CDU), Joaquim António Filipe Pimpão (CDU), Isidro
26 José de Oliveira Lobo (CDU) e António Carlos Lança Carriço (Coligação Mudar com
27 Confiança), não votaram por não estarem presentes na sessão a que ela respeita.

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinham recebido 5 Moções, 3
30 Votos de Louvor, 1 Voto de Felicitações, 1 Recomendação e 1 Saudação, e seguindo a
31 ordem que lhe foi apresentada, solicitou ao Deputado do CHEGA que procedesse à
32 apresentação do Voto de Louvor a Vasco Lopes, Atleta e Medalhista de Prata no
33 Campeonato do Mundo de MUAY THAI.

34
35 **O deputado Ricardo Cardoso** procedeu à leitura do Voto de Louvor a Vasco Lopes,
36 Atleta e Medalhista de Prata no Campeonato do Mundo de MUAY THAI, o qual se
37 transcreve na íntegra:

38 *“Neste mês de setembro, o eborense Vasco Lopes conquistou a medalha de prata no*
39 *Campeonato do Mundo de Muay Thai, elevando o nome de Évora e de Portugal no*
40 *cenário internacional. Esta notável conquista reflete o espírito de dedicação, sacrifício*
41 *e excelência do atleta, que se tornou um exemplo para todos os jovens e uma inspiração*
42 *para a nossa comunidade.*

43 *Vasco Lopes iniciou a sua jornada no Muay Thai desde tenra idade, destacando-se não*
44 *só pela sua técnica, mas também pela sua ética de trabalho e perseverança,*
45 *características que o levaram a este grandioso feito no palco mundial. Este sucesso não*
46 *é apenas uma vitória pessoal, mas também um tributo ao trabalho árduo dos seus*
47 *treinadores e ao apoio da sua família e comunidade.*

48 *A sua medalha de prata é o reflexo de anos de sacrifício e compromisso com o desporto,*
49 *contribuindo para o desenvolvimento do Muay Thai em Portugal e inspirando futuras*
50 *gerações de atletas. O seu desempenho no Campeonato do Mundo é motivo de orgulho*

1 *para todos os eborenses, representando um marco significativo para o desporto*
2 *nacional.*

3 *Pelos motivos indicados, o partido CHEGA propõe na presente sessão da Assembleia*
4 *Municipal este voto de louvor, prestando assim o merecido reconhecimento ao atleta*
5 *Vasco Lopes.”*

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
8 submeteu o presente Voto de Louvor a votação.

9
10 **Deliberação do Voto de Louvor a Vasco Lopes, Atleta e Medalhista de Prata no**
11 **Campeonato do Mundo de MUAY THAI:**

12 **Aprovado por maioria**, com 20 votos a favor, 8 da CDU, 5 da Coligação Mudar com
13 Confiança, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do Chega e 13 abstenções
14 do PS, verificando-se 33 presenças.

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do MCE que procedesse à
17 apresentação da Moção Higiene e Limpeza.

18
19 **A deputada Paula Pita** procedeu à leitura da Moção Higiene e Limpeza, a qual se
20 transcreve na íntegra:

21 *“A higiene urbana e a limpeza da cidade de Évora são questões fundamentais para a*
22 *qualidade de vida dos eborenses. A falta de serviços eficazes por parte da Câmara*
23 *Municipal, associada a um comportamento grave de total ausência de cidadania, têm*
24 *levado à acumulação de lixo por toda a cidade, ruas sujas, poluição ambiental, de tal*
25 *maneira grave que poder-se-á tornar um problema de saúde pública.*

26 *Esta situação de desleixo e de abandono, é agravada devido à falta de recursos humanos*
27 *e materiais, a uma má gestão prolongada no tempo e naturalmente, a uma falta de*
28 *consciencialização da população sobre a importância da limpeza urbana e da*
29 *necessidade de todos contribuímos para a existência de um ambiente aprazível e mais*
30 *sustentável. Uma cidade limpa e sustentável é essencial, não só para o bem-estar da*
31 *nossa comunidade hoje, mas para garantir o futuro da cidade e do concelho. Uma cidade*
32 *suja, não é atrativa. Não fixa pessoas, nem empresas, e nem atrai turistas.*

33 *É, pois, urgente e necessário, que a higiene e a limpeza urbanas tenham um papel de*
34 *destaque nos próximos instrumentos de planeamento municipal e que se proceda a um*
35 *reforço do investimento nestas áreas. Mais, urge igualmente, a definição de uma*
36 *reestruturação do serviço e um plano de ação que tem de ter um caráter contínuo e*
37 *regular, no que respeita a intervenções no espaço público por administração direta e*
38 *por prestação de serviços. A constância e regularidade da limpeza e higiene do espaço*
39 *público - varrer, lavar, manutenção das papeleiras, limpeza das instalações sanitárias*
40 *públicas, manutenção e conservação de elementos de drenagem pluvial, limpeza e*
41 *desobstrução de sarjetas, valetas, limpeza e desobstrução de linhas de água, corte de*
42 *ervas, limpeza dos terrenos municipais, controlo de pragas - é uma competência própria*
43 *das autarquias locais e não pode em caso algum ser descorada. Por outro lado, o*
44 *trabalho de prevenção e de educação para a cidadania, constituem outras áreas que têm*
45 *de ser prioritárias, tendo em conta o estado a que a cidade chegou, e também aqui as*
46 *autarquias têm competências próprias. Finalmente, a fiscalização. Provavelmente a*
47 *área mais difícil de executar com eficiência e eficácia, mas que tem de ser pensada e*
48 *executada.*

49 *Um dos maiores problemas que se coloca à cidade é, sem dúvida alguma, o deficiente*
50 *Serviço de Higiene e Limpeza Urbanas, com destaque, em período de final de verão, no*
51 *que toca à recolha do lixo e dos monstros domésticos, vulgarmente chamados de*

1 “monos”, mas também de ervas de zonas de terrenos/quintas rurais. Todos os dias há
2 fotografias nas redes sociais e, basta num breve passeio pelos bairros da cidade,
3 encontramos-los por todo o lado. O tempo que medeia entre a solicitação junto da
4 Unidade de Higiene e Limpeza Pública (UHLP) e a efetiva recolha, quando os munícipes
5 conseguem chegar à fala com quem de direito, é completamente ineficaz. Essa
6 inoperância e deficiência de planeamento e resposta municipal, faz com que muitos
7 eborenses depositem os “Monos” junto aos contentores, num mimetizar de
8 comportamentos. Para além da parte estética e da conspurcação do local, cria as
9 condições para o desenvolvimento de insetos, roedores, rastejantes nocivos para o
10 ambiente e para a saúde pública, mas o desmazelo em que se encontra a nossa cidade
11 não se deve apenas à inoperância dos serviços da Câmara.

12 A limpeza da nossa cidade é responsabilidade e interesse de todos os eborenses e, por
13 isso, todos temos que contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável. Évora
14 limpa, é um direito e um dever de cada um dos eborenses.

15 Os eborenses denotam uma falta enorme de urbanidade e civismo, não só por muitos
16 não fazerem a separação do lixo, mas também pelo facto de pouco tempo depois da
17 passagem das brigadas de limpeza, já estar tudo igual.

18 É importante que a limpeza da cidade seja uma das prioridades do município e que seja
19 mais incisivo na promoção de programas de consciencialização coletiva de forma a que
20 todos exerçam uma cidadania ativa. Campanhas de educação ambiental; parceria,
21 efetiva, com as escolas no âmbito da cidadania, em todos os graus de ensino,
22 incentivando a participação de crianças e jovens na consciencialização dos seus
23 familiares; utilização das redes sociais para divulgar informação e campanhas; tornar
24 os canais de comunicação mais eficazes no reporte de problemas dos cidadãos ou
25 sugestões de melhoria, são hipóteses de ações de sensibilização para os eborenses.

26 Assim, esta Assembleia delibera que a limpeza e higiene da cidade se tornem uma das
27 primeiras prioridades do Município e que nas Grandes Opções do Plano de 2025 e
28 respetivo Orçamento haja um reforço visível de verbas alocadas a este serviço.
29 Paralelamente, deve desenvolver ações de sensibilização junto da população de forma
30 a desenvolver uma cultura de respeito pelo espaço urbano, contribuindo para um
31 ambiente limpo e saudável para os eborenses. Só assim, se conseguirá um futuro para
32 as novas gerações.”

33
34 **O Presidente da Câmara** referiu que, de facto, tinham um problema grave de higiene e
35 limpeza pública que se tinha vindo a agravar e por isso mesmo, como já tinha informado,
36 a Câmara Municipal esteve a preparar a atualização e o reforço do programa de higiene e
37 limpeza pública, que concluiu e apresentou publicamente.

38 Em relação à inoperância dos serviços municipais confirmou que era um problema grave,
39 mas salientou que, da parte dos serviços, tinha havido um aumento substancial do trabalho
40 efetuado porque a Câmara limpava, mas havia quem sujasse, e referiu que, nos últimos
41 anos, os serviços municipais tinham entregue, em média, 28.000 toneladas de lixo por
42 ano na GESAMB e nos últimos 3 anos os serviços municipais tinham levantado e limpo
43 4.000 depósitos ilegais de lixo por ano. Destacou serem dados importantes, mas não
44 significava que a Câmara não tivesse que resolver o problema, teria de pedir ajuda para
45 resolver o problema, porque a responsabilidade da limpeza era de todos e a primeira
46 responsabilidade era da Câmara, e era naquele sentido que o procuravam fazer e, portanto,
47 provavelmente não escreveria daquela forma.

48
49 **O deputado Francisco Figueira** começou por dizer que a sua bancada, naquela
50 Assembleia Municipal, deplorava e lastimava o ataque à liberdade de imprensa que tinha
51 sido perpetrado naquele fim de semana, pela minoria que presidia à Câmara,

1 manifestando, a todos os profissionais da comunicação social, a solidariedade
2 democrática para com o trabalho que procuravam desempenhar, o melhor que sabiam e
3 podiam, que estavam naturalmente sempre ao lado da liberdade de imprensa, mesmo
4 quando aquilo que liam a seu respeito não lhes agradava, e portanto queria demarcar
5 claramente a bancada do PSD da lastimável intervenção que o Senhor Presidente da
6 Câmara tinha tido no sábado passado, nas redes sociais.

7 Mencionou que tinham ficado a saber, também, ao fim de 4.000 dias de governação da
8 CDU na Câmara de Évora, que a limpeza tinha passado a ser uma prioridade e que quando
9 o Senhor Presidente referiu que não escreveria que a inoperacionalidade era dos serviços
10 da Câmara, tinha de facto toda a razão porque o problema não estava na
11 inoperacionalidade dos serviços da Câmara, era mesmo um problema de
12 inoperacionalidade política e pretendeu também deixar ali bastante claro, à cidade de
13 Évora, que a sua bancada e a Coligação que o PSD liderava, não se revia em nada naquela
14 campanha, que começava na minoria CDU e agora parecia que o Movimento Cuidar de
15 Évora também queria seguir, de responsabilizar a urbanidade e a suposta falta de civismo
16 dos Eborenses pelos problemas da limpeza. Destacou ser evidente a existência de pessoas
17 que não se comportavam como deviam, mas que aquelas pessoas correspondiam a uma
18 ínfima minoria, e que era preciso não conhecer a história da cidade para dizerem em 2024
19 que há menos civilidade na gestão dos resíduos do que havia há 20 anos.

20 Salientou que lançarem aquela campanha de anátema, com uma Moção em que não se
21 revê de forma nenhuma, dizendo que os eborenses denotavam uma enorme falta de
22 urbanidade e de civismo era uma coisa que não fazia nenhum sentido, pelo que têm de
23 reprimir-se aqueles comportamentos, mas era preciso colocar os serviços a funcionar e
24 ter algum brio, porque uma coisa que demonstrava a falta de brio e a inoperância política,
25 da minoria que presidia a Câmara, era a limpeza dos carros do lixo e o seu estacionamento
26 junto à Muralha no Largo de Machede Velho.

27 Referiu que era do conhecimento público uma proposta que o PSD tinha entregue na
28 Câmara, no dia 13/09, e que a minoria da CDU tinha resolvido realizar uma conferência
29 de imprensa sobre aquele assunto e de lançar o anátema sobre a população e que não se
30 reveem naquilo, tendo de se concentrar em soluções. Ouviram a Câmara apresentar todas
31 as desculpas, como ouviram na resposta a uma pessoa que estava no público, ao Senhor
32 Jorge Raposo, que a minoria que Preside a Câmara apoiava o movimento cooperativo,
33 mas após os 4000 dias ninguém viu. Tal quando o Senhor Presidente entregou a revisão
34 do PDM na CCDR em 2022, sem sequer a levar à Câmara, e retirou o solo urbano do
35 Moinho e depois quando alguém começou a protestar o Senhor disse que tinha sido um
36 lapso, e acreditou que sim, mas na realidade o que fizeram para resolver o problema da
37 Habitação.

38 Quanto à Moção do Movimento, a manter-se aquela redação lançando aquele anátema e
39 indo atrás daquela campanha, não se podem rever na mesma.

40

41 **A deputada Elmina Lopes** demonstrou a surpresa da sua bancada por aquela Moção,
42 porque realmente surgia com uma linguagem do Movimento que os surpreendeu e tendo
43 em conta que a Câmara já tinha apresentado um plano que incluía algumas medidas que
44 iriam no sentido resolver as questões de higiene e limpeza, preocupa-os o tom da Moção.
45 Preocupa-os que esta fale da acumulação de lixo e da saúde pública, parece-lhes um
46 discurso catastrofista, pouco rigoroso, que fala de inoperância e de não resposta,
47 colocando em causa todo o trabalho abnegado dos trabalhadores da Higiene e Limpeza
48 do Município, que trabalhavam afincadamente para manter a cidade limpa e também não
49 contribuía para a resolução do problema da Higiene e Limpeza a realização daquele tipo
50 de análise, fazendo tábua rasa de todo o trabalho e esforço que tinha sido efetuado pela
51 CDU, para melhorar a Higiene e Limpeza, independentemente da eficácia não ter

1 resultado na sua totalidade, em que a Câmara estava permanentemente a trabalhar e que
2 originou o plano apresentado recentemente, que não foi para se antecipar a força política
3 nenhuma, foi o resultado quotidiano da Câmara a funcionar e a tentar resolver os efetivos
4 problemas dos eborenses.

5 Realçou que um dos problemas graves que tinham, naquele momento, eram os inúmeros
6 depósitos ilegais ao qual a Câmara aumentou muito significativamente a resposta, ao
7 ponto de comprometer a recolha de monos porque a Câmara não tinha recursos
8 infundáveis e quando a equipa que ia recolher os monos tinha de ir recolher depósitos
9 ilegais, à razão de 20 por dia, era natural que não tivessem tempo para recolher os monos
10 pedidos pelas pessoas.

11 Disse que era preocupante que se continuasse a usar, como arma de arremesso política, a
12 higiene e limpeza, a atacar os trabalhadores da Câmara, a insinuar que a Câmara não tinha
13 resposta nem tinha feito nada o que não era rigorosamente verdade, era exatamente o
14 contrário e, portanto, naquele sentido não poderiam apoiar aquela Moção, na forma como
15 estava escrita e tão pouco rigorosa.

16
17 **O Presidente da Câmara** afirmou que já estavam habituados às distorções das posições
18 do Presidente da Câmara e da CDU, pela bancada do PSD, pelo que reiterou que de facto
19 fizeram um desmentido de uma notícia falsa e lamentável em defesa da liberdade de
20 expressão, exatamente porque tinha sido refletida apenas a posição de uma força política
21 quando tinham estado presentes todas as forças políticas na reunião de Câmara e o título
22 da notícia era falso e naturalmente haveria que repor a verdade, em defesa da liberdade
23 de expressão, e, portanto, reiterou que não abdicavam da liberdade de expressão e não
24 tinham receio dos ataques do PSD, para atacar a liberdade de expressão que defendem,
25 como era evidente.

26
27 Sobre a questão das cooperativas, reafirmou uma vez mais o que já tinha dito, que a
28 alteração do PDM tinha sido iniciada e apresentada em 2021, quando ainda não havia
29 nenhum documento a propor qualquer ação de urbanização no Moinho 2, pelo que a
30 equipa técnica propôs a solução que era a que a lei previa, de solo urbanizável e tendo
31 sido detetada exatamente essa situação foi tratada com as cooperativas, tendo sido ele
32 próprio a propor às cooperativas que avançassem com um pedido de informação prévia,
33 exatamente para que se pudesse ter um documento que permitisse responder às questões
34 legais. Felizmente avançaram, foi concertado e a situação foi resolvida, portanto, não era
35 distorcendo as posições que se resolvia a situação, era falando com seriedade daquelas
36 questões, naturalmente havendo divergências, que eram normais, mas a distorção das
37 posições não podia aceitar.

38
39 **A deputada Paula de Deus** propôs a duplicação dos tempos do Período de Antes da
40 Ordem do Dia, para debaterem os documentos.

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que aquela proposta era passível de
43 discussão e, verificando não haver pedidos de intervenção, colocou à votação.

44 **Deliberação da duplicação dos tempos no Período de Antes da Ordem do Dia:**

45 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.

46
47
48 **O deputado Natanael Vinha** disse que, quanto à Moção em causa, iriam optar por uma
49 discussão mais ampla sobre aquela matéria da limpeza e não comentar propriamente o
50 conteúdo exposto naquela Moção intitulada “Higiene e Limpeza”, mas abordar apenas
51 uma questão que tem a ver com a forma como aquela Moção se referia aos cidadãos e às

1 considerações que teceu. Mencionou que, no primeiro parágrafo, referia que “há um
2 problema de eficácia na Câmara Municipal associado a um comportamento grave de total
3 ausência de cidadania”, depois mais à frente, noutra parágrafo, dizia “e por isso todos
4 temos que contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável Évora limpa”, referindo
5 que já dava um contributo significativo com o pagamento dos seus impostos em dia e não
6 contribuindo desnecessariamente para a limpeza. Considerou que não estava ali incluído,
7 e, portanto, retirava-se daquela obrigação extra e, finalmente, no parágrafo seguinte dizia
8 que “os eborenses denotam uma falta enorme de urbanidade e civismo” em que também
9 não podia concordar porque seriam meia dúzia deles e considerou que não vale tudo para
10 querer fazer passar um ponto.

11 Referiu que o preocupavam mais outras coisas, como a quantidade de cartazes espalhados
12 pela cidade, dando como exemplo, o que o incomodava particularmente, nomeadamente
13 o enquadramento do Arco e do Monumento da autoria do Escultor João Cutileiro naquela
14 porta à entrada da Cidade, com um cartaz de um lado e de outro, completamente
15 desadequados. Considerou que alguma coisa deveria ser feita, e que aos proprietários
16 poderiam pedir-lhes encarecidamente que considerassem mudar os cartazes de sítio, com
17 vista a melhorar aquele enquadramento de uma figura maior da cidade, não bastava
18 atribuírem nomes de pessoas às ruas, propor moções de louvor e de congratulação, e
19 depois terem uma grande obra visível e reconhecida e colocar-lhe um cartaz quase em
20 cima e tapar a visibilidade .

21 Relativamente a uma intervenção que tinha sido efetuada pela CDU, disse que o Partido
22 Socialista já há muito tempo, naquele mandado, tinha apresentado uma proposta sobre a
23 questão da limpeza, sendo um problema com múltiplas causas, destacando que, quem no
24 passado tinha ampliado o problema para tirar dividendos políticos, não podia agora
25 queixar-se de que estava a ser visado sobre o assunto, uma vez que quem o estava a fazer,
26 estava a tentar retirar dividendos políticos.

27
28 **A deputada Paula Pita** mencionou que lhe pareceu que aquele discurso, de quase todas
29 as bancadas, era um pouco demagógico porque já tinham falado várias vezes sobre os
30 problemas do lixo.

31 Quanto ao discurso catastrofista da CDU, e também de outras coisas, bastava saírem dos
32 gabinetes e passearem pela cidade, especialmente a partir de uma determinada hora, e o
33 que veriam eram baratas e ratazanas que proliferavam, questionando se aquilo não era
34 um problema de saúde pública, porque parecia que estava tudo muito bem.

35 Afirmou que ninguém estava a atacar os trabalhadores da Câmara Municipal, apenas
36 diziam que a gestão daqueles trabalhadores não era eficaz, o que era uma coisa
37 completamente diferente e também não era intenção generalizarem quando escreveram
38 que os eborenses denotavam uma falta de urbanidade, queriam realmente dizer alguns e
39 que gostariam de acrescentar, se assim o permitissem, “alguns Eborenses”.

40
41 **O deputado Gonçalo Costa** expressou o seu respeito para com todas as intervenções que
42 tinham ocorrido, ao longo daquele mandato, sobre o tema da limpeza, e recorrentes
43 praticamente em todas as Assembleias Municipais, e disse que era uma preocupação
44 constante do Partido Socialista desde o primeiro dia em que assumiram as funções
45 naquela Assembleia. Destacou terem já apresentado uma Recomendação ao Município
46 em 2022, porque já naquela altura o nível de salubridade da cidade era extremamente
47 preocupante, sendo notícia nos órgãos de comunicação social nacionais, mas que, de
48 facto, volvidos dois anos nada se tinha passado, o que levantava vários problemas não só
49 da incompetência dos serviços da Câmara, mas que os trabalhadores faziam tudo o que
50 estava ao seu alcance, com os meios que tinham, para fazer face às dificuldades de
51 limpeza.

1 Referiu que, também, tinha havido um conjunto de Recomendações e Moções aprovadas,
2 mas que não foram cumpridas, o que denotava um desrespeito pelas deliberações daquele
3 órgão que instavam a Câmara a adotar determinados comportamentos e a refletir
4 relativamente a algumas práticas que utilizava, indicando que se depois não dava
5 cumprimento àquelas deliberações haveria também um problema institucional relevante,
6 tal como relativamente a outras temáticas.

7 Analisando a proposta do Movimento, disse que, obviamente, o único facto em que se
8 poderiam rever era no estado em que estava a cidade de Évora, porque nas considerações
9 relativamente às generalizações sobre os eborenses repudiavam veementemente e,
10 portanto, aquilo que gostariam realmente era que o plano, que tinha sido apresentado com
11 pompa e circunstância no último ano de governação da CDU na Câmara, desse algum
12 resultado porque a cidade era o cartão de visita.

13
14 **O deputado Francisco Figueira** disse que ainda não tinha perdido a esperança de ouvir
15 a CDU dizer que as ervas em Évora eram semeadas em vez de nascerem naturalmente
16 porque, de facto, tudo servia para, habilidosamente, tentarem ludibriar os problemas da
17 cidade.

18 Considerou que o senhor Presidente tinha feito muito bem em denunciar todas as notícias
19 que considerou falsas e que tivesse aquela preocupação nova de todas as forças políticas
20 serem ouvidas pela comunicação social, mas no dia 16 de setembro o senhor Presidente
21 tinha realizado um monólogo, para o jornal Público, sobre a obra do Hospital Central do
22 Alentejo e em nenhum momento o ouviu referir que os vereadores do Partido Socialista,
23 do MCE ou do PSD deveriam ser ouvidos por aquela notícia, nem viu nenhum dos
24 vereadores, que não foi ouvido, realizar vídeos a atacar o jornalista que fez o seu trabalho
25 e voltou a dizer que lastimavam e se demarcavam de forma completamente clara daquela
26 atitude.

27 Referiu que o senhor Presidente disse que já estava habituado a que o PSD fizesse algum
28 ataque, mas estava enganado porque o PSD não era oposição à minoria que presidia à
29 Câmara, era mesmo a alternativa, porque as leis da física não permitiam que houvesse
30 oposição ao vazio e ao vácuo e que aquela era uma gestão vazia e de vácuo e, portanto,
31 contariam com a alternativa, com a proposta deles e ainda bem que resolveram aceitar a
32 proposta do vereador Henrique Sim-Sim e da vereadora Patrícia Raposinho sobre a
33 limpeza do Município, após tanto tempo.

34 Deu os parabéns pela abertura do Salão Central, que tinha demorado 13.000 dias, em que
35 9.000 dias foram da gestão do PCP e 4.000 dias da gestão do PS, que foram 36 anos, e
36 tinha ficado bastante feliz no dia em que o senhor Presidente o inaugurou, mas esperava
37 que não levassem tanto tempo a fazer o Pavilhão Multiusos porque à velocidade e com o
38 vagar que levaram a tratar da Évora Capital Europeia da Cultura temia que pudessem ter
39 de passar por uma experiência parecida com a do Salão Central, mas talvez ser só 36
40 meses em vez de 36 anos.

41
42 **A deputada Paula de Deus**, relativamente à falta de cuidado como o Movimento tratou
43 os cidadãos de Évora, informou que não iriam votar favoravelmente aquela Moção por
44 uma questão de princípio, porque o Movimento não tinha nenhuma superioridade moral
45 para considerar os outros partidos políticos como sendo demagógicos, mas que não havia
46 nada mais demagógico do que o Movimento dizer que os eborenses denotam uma falta
47 enorme de urbanidade e civismo.

48 Sugeriu que em moções futuras o Movimento, que se intitulava Cuidar de Évora, pudesse
49 propor que existissem ecopontos em todo o concelho, em vez de continuarem a conviver
50 com os ecopontos caixotes de lixo comuns, que levava a que as pessoas, por exemplo de
51 mobilidade reduzida e pessoas mais idosas, tivessem de colocar o seu lixo naqueles

1 contentores, que às vezes já estavam cheios. Portanto era a altura de terem, de facto, uma
2 atitude pedagógica porque quem tinha votado no Movimento esperaria mais, não ficar
3 colado àqueles ataques, por um lado aos cidadãos, por outro lado à Câmara, do que tem
4 sido a gestão que a Câmara tem feito dos lixos.

5 Naquele sentido, afirmou ser óbvio que teriam de votar contra, na certeza que a
6 demagogia era coisa que nenhum deles precisava de receber do Movimento, a partir do
7 momento em que leram aquela Moção, de lições de moral.

8
9 **A deputada Paula Pita** lembrou que já tinham proposto a utilização de “alguns
10 Eborenses”, mas já tinha percebido que todos iriam votar contra, embora não percebesse
11 porquê, porque se a higiene e a limpeza não fossem um problema do Município não
12 estariam ali a discuti-lo e que também não brincavam às políticas porque existia realmente
13 um problema, pois os cidadãos iam ter com o Movimento transmitindo-lhes as suas
14 queixas, mas salientou que estavam todos centrados apenas num parágrafo.

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
17 intervenção, submeteu a presente Moção a votação.

18 19 **Deliberação da Moção Higiene e Limpeza:**

20 **Não aprovada** com 26 votos contra, 13 do PS, 8 da CDU e 5 da Coligação Mudar com
21 Confiança, 3 votos a favor do MCE e 4 abstenções, 1 BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e
22 1 do Chega, verificando-se 33 presenças.

23 24 **Declaração de Voto do BE**

25 *“O Bloco de Esquerda concorda com grande parte das afirmações que figuram na*
26 *Moção “Higiene e Limpeza”, contudo não pode concordar com a afirmação de que “os*
27 *Eborenses denotam uma falta enorme de urbanidade e civismo, não só por muitos não*
28 *fazerem a separação de lixo, mas também pelo facto de pouco tempo depois da passagem*
29 *das brigadas de limpeza, já estar tudo igual”.*

30 *Tal generalização é injusta e até ofensiva para a maioria da população de Évora que*
31 *procura cumprir com as suas obrigações em matéria de higiene e limpeza pública, e*
32 *lamentavelmente, tende a não contribuir para a sensibilização dos cidadãos e das*
33 *cidadãs para práticas mais sustentáveis.*

34 *Assim, o Bloco de Esquerda não pode dar o seu voto favorável a esta Moção.”*

35 36 **Declaração de Voto do deputado Natanael Vinha**

37 *“Quanto à Moção em causa nós vamos optar, estando previsto neste ponto de ordem de*
38 *trabalho uma discussão mais ampla sobre esta matéria da limpeza, por não comentar*
39 *propriamente o conteúdo da limpeza que está aqui exposto nesta Moção Higiene e*
40 *Limpeza mas abordar aqui apenas uma questão que até já foi trazida por outras*
41 *bancadas e que tem a ver com a forma como esta Moção se refere aos cidadãos e às*
42 *considerações que tece, aqui no primeiro parágrafo a terminada altura diz que “há aqui*
43 *um problema de eficácia na Câmara Municipal associado a um comportamento grave de*
44 *total ausência de cidadania”, diz o Movimento de Cidadãos e eu não concordo, depois*
45 *mais à frente há aqui um outro parágrafo que diz “e por isso todos temos que contribuir*
46 *para o desenvolvimento urbano sustentável Évora limpa”, eu já dou um contributo*
47 *significativo, pago os meus impostos em dia e não contribuo desnecessariamente para a*
48 *limpeza e portanto acho não estou incluído aqui nisto e retiro-me desta obrigação extra,*
49 *não sei o que é que isto quer dizer mas não ia deixar de dizer, e depois no parágrafo*
50 *seguinte diz que “os Eborenses denotam uma falta enorme de urbanidade e civismo” eu*
51 *também não posso concordar com isto acho que são meia dúzia deles e acho que não*

1 *vale tudo para querer fazer passar um ponto e enfim preocupam-me mais aí outras coisas*
2 *como a selva de cartazes que são espalhados por tudo o que é sítio pela Cidade e até*
3 *podia dar um exemplo que me incomoda particularmente que é aquele enquadramento*
4 *do Arco e daquele monumento da autoria do Escultor João Cutileiro ali na naquela porta*
5 *ali à entrada da Cidade com um cartaz de um lado e de outro que não só desenquadra*
6 *como esconde, como está ali completamente desadequado no enquadramento daquele*
7 *monumento e daquela obra de arte e alguma coisa devia ser feita são cartazes de partidos*
8 *políticos e portanto os visados ou os proprietários podem pedir-lhes encarecidamente*
9 *que considerassem mudar os cartazes de sítio com vista a melhorar ali aquele*
10 *enquadramento de uma figura maior da nossa Cidade, não basta fazer ruas com o nome*
11 *das pessoas, propor moções de louvor e de congratulação e depois tem uma obra grande*
12 *visível reconhecida e nós pomos-lhe um cartaz em cima, ou quase em cima, e tapamos-*
13 *lhe a visibilidade. Só relativamente a uma intervenção que foi aqui feita pela CDU dizer*
14 *que o Partido Socialista em tempo já apresentou, quer dizer há muito tempo, neste*
15 *mandado apresentou aqui uma proposta a referir esta questão da limpeza e, portanto,*
16 *estamos muito tranquilos sobre o momento em que identificamos problemas e os*
17 *trouxemos aqui, de todo modo isto é um problema, é, isto tem múltiplas causas, tem, mas*
18 *quem no passado cavalgou e ampliou o problema para tirar dividendos políticos não*
19 *pode agora vir queixar-se de que está a ser visado sobre um assunto e que quem o faz*
20 *está a tentar retirar dividendos políticos.”*

21

22 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Presidente da União de Freguesias
23 de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé que procedesse à apresentação
24 da Moção Contra a Prospeção Mineira na União de Freguesias de São Sebastião da
25 Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé.

26

27 **O deputado Redolfo Pereira** procedeu à leitura da Moção Contra a Prospeção Mineira
28 na União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé, a qual
29 se transcreve na íntegra:

30 *“Considerando que:*

31 *A Direção-Geral de Energia e Geologia abriu o período de participação pública no*
32 *pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, numa*
33 *área que designou por “Montemor-o-Novo”, mas que, para lá do concelho com esse*
34 *nome, na verdade abrange sobretudo áreas significativas do concelho de Évora, para*
35 *além de parcelas pequenas nos municípios Viana do Alentejo e Vendas Novas. A referida*
36 *participação pública está a decorrer até ao dia 25 de outubro.*

37 *Prepara-se, pois, nova intervenção de levantamento de dados em zonas de proteção*
38 *natural e patrimonial, sensíveis e muito ricas, por uma empresa de capital social de 500*
39 *euros cuja intenção é garantir o avanço de exploração mineira em 498,43 km2 de*
40 *território daqueles municípios. Estamos, pois, perante uma ameaça direta a ecossistemas*
41 *protegidos por lei, ao ambiente, ao património, às atividades económicas instaladas, à*
42 *saúde de pessoas, animais e plantas, em suma, à qualidade de vida de todos nós.*

43 *A extração mineira, e especialmente a mineração a céu aberto, tem consequências*
44 *devastadoras para o meio ambiente. Solos contaminados, águas poluídas à superfície e*
45 *em profundidade e destruição de ecossistemas são apenas alguns dos efeitos mais*
46 *evidentes desta atividade. E, ao contrário do que tentam fazer crer pela delimitação da*
47 *área dos Estudos de Impacte Ambiental apenas às zonas de explosão, esses efeitos*
48 *expandem-se por muitas dezenas de quilómetros, chegando seguramente à qualidade da*
49 *água do rio Sado e ao empoeiramento e precipitações ácidas de cidades e plantações que*
50 *ultrapassam muito a cidade de Évora.*

1 *Além disso, a exploração mineira leva inevitavelmente à desvalorização da propriedade,*
2 *e à degradação das nossas terras agrícolas – seja pela contaminação das reservas de*
3 *água, seja pelo empoeiramento tóxico que se espalha no ar e pousa em cima das plantas,*
4 *dos animais e dos solos, prejudicando a produção local, inviabilizando a certificação dos*
5 *nossos produtos, destruindo a biodiversidade e a beleza natural que tanto valorizamos*
6 *para a nossa vida quotidiana e que atrai turistas e visitantes. A história recente da*
7 *exploração mineira mostra um rasto de abandono, destruição e problemas de saúde para*
8 *as populações em redor.*

9 *O desenvolvimento económico das zonas abrangidas por este projeto no concelho de*
10 *Évora baseia-se atualmente num modelo sustentável respeitador do ambiente e da*
11 *cultura local, promovendo e dinamizando sectores como a agricultura biológica, o*
12 *turismo de Natureza e a proteção de áreas naturais. Nos últimos anos, têm sido*
13 *realizados investimentos públicos e privados consideráveis e que têm dado ótimos*
14 *resultados no território com claros benefícios para a Comunidade Local.*

15 *A vontade da população, do Executivo da União de Freguesias de São Sebastião da*
16 *Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé, das diversas instituições, dos proprietários, dos*
17 *agricultores e produtores, deve ser tida em conta e ser o principal critério para a*
18 *avaliação do pedido de prospeção.*

19 *Precisamos de defender o que é nosso: as nossas terras, a nossa água, o nosso ar, a nossa*
20 *saúde e o futuro dos nossos filhos, e fazer cumprir a legislação nacional e comunitária*
21 *de proteção da natureza.*

22 *Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária no dia*
23 *27 de setembro de 2024, delibera:*

24 *1. Manifestar a sua firme oposição ao pedido de prospeção mineira no território da*
25 *União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé,*
26 *considerando os riscos ambientais, sociais e económicos inerentes a este tipo de*
27 *atividade;*

28 *2. Exigir junto do Governo, nomeadamente do Ministério do Ambiente e Energia e da*
29 *Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), que seja respeitada a vontade da*
30 *população no pedido de prospeção mineira na União de Freguesias de São Sebastião da*
31 *Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé, tendo em conta os riscos para o ambiente e para*
32 *a qualidade de vida da comunidade local;*

33 *3. Propor à Câmara Municipal de Évora que salvasse os interesses da população na*
34 *emissão de parecer sobre o pedido de prospeção;*

35 *4. Instar a Câmara Municipal de Évora a reforçar as medidas de proteção ambiental nos*
36 *mecanismos que tem ao seu dispor nomeadamente, no Plano Diretor Municipal (PDM)*
37 *e no Plano de Intervenção no Espaço Rural do Sítio do Monfurado (PIERSM).*

38 *5. Dar conhecimento desta moção ao Governo, aos Grupos Parlamentares presentes na*
39 *Assembleia da República, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), à Direcção-Geral*
40 *de Energia e Geologia (DGEG), à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento*
41 *Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), e a outras entidades competentes e interessadas,*
42 *bem como à comunicação social local e regional.”*

43
44 **O Presidente da Câmara**, em primeiro lugar, saudou aquela iniciativa que era
45 apresentada em forma de Moção e que repetia uma posição que a Câmara já tinha tomado
46 em 2014, quando tinha havido uma tentativa de prospeção mineira na Boa Fé e que por
47 iniciativa da Câmara e da Assembleia Municipal tinha sido realizado um conjunto de
48 Assembleias Extraordinárias, uma delas na Boa Fé, para ouvirem a população, outra
49 naquela sala para ouvirem um conjunto de entidades ligadas àquela problemática,
50 incluindo organizações governamentais e especialistas, e nessa sequência a Câmara
51 Municipal, em 24 de setembro de 2014 e a Assembleia Municipal em 26 de setembro de

1 2014, aprovaram uma Moção, e para além de todas as considerações que foram feitas
2 naquela altura a empresa, ainda assim, pediu uma declaração de interesse Municipal.

3
4 **O Presidente da Câmara** informou que iria ler uma parte da Moção que tinha sido
5 aprovada em 2019:

6 “... *propusemos o indeferimento da declaração de interesse Municipal e decidimos que*
7 *se emitisse parecer desfavorável à concretização deste projeto de exploração mineira da*
8 *Boa Fé por se entender que face à informação disponível e recolhida é previsível que os*
9 *custos globais do projeto incluindo o enorme impacto ambiental na zona de Monfurado*
10 *excedam largamente os limitados benefícios económicos para a freguesia para o*
11 *concelho e para a região.” Relembrou que, em 2019, tinha havido uma nova tentativa,*
12 *de uma outra empresa, voltar a fazer o mesmo e que, naquele mesmo ano, a Câmara voltou*
13 *a aprovar uma Moção contra aquela exploração mineira, reiterando, naturalmente, as*
14 *posições que já tinham sido tomadas anteriormente e afirmando que continuavam*
15 *perfeitamente atualizadas, pelo que emitiram o parecer desfavorável e agora, apesar de*
16 *ainda não terem recebido os documentos que solicitaram para se pronunciarem, irão,*
17 *naturalmente, propor o parecer desfavorável no período de discussão pública, que se vai*
18 *prolongar até ao dia 25 de outubro, portanto, deixou claro que a posição da Câmara e da*
19 *Assembleia Municipal, se quisessem do Município, era muito clara, desde 2014, e que*
20 *tinha sido acompanhada de uma larga participação popular e de instituições.*

21
22 **A deputada Elmina Lopes** declarou o apoio da sua bancada àquela Moção, que voltava
23 a levar à Assembleia um problema real e que era legítimo tentarem defendê-lo, pelo que
24 considerou ser evidente que da prospeção à exploração ia uma grande distância e que a
25 exploração mineira nunca seria em todo o território dos 500 km², mas de qualquer forma
26 era muito claro, porque já tinha sido profundamente debatido no concelho, que os
27 eborenses e as populações de São Sebastião da Giesteira e de Nossa Senhora da Boa Fé
28 eram contra a prospeção e, portanto, reafirmaram o seu apoio.

29
30 **O deputado Francisco Brito** apresentou a solidariedade da sua bancada para com as
31 populações de São Sebastião da Giesteira e de Nossa Senhora da Boa Fé e lamentou a
32 posição do anterior Governo do Partido Socialista, que tinha permitido que aquele
33 pesadelo voltasse a recair sobre Monfurado e, infelizmente, voltaram a ter de debater
34 aquele tema, passados 10 anos, quando sabem que efetivamente existia um património
35 natural ímpar, que devia ser devidamente salvaguardado.

36
37 **O deputado Redolfo Pereira** começou por agradecer a disponibilidade e a sensibilidade
38 de todos para aquela causa, em seu nome pessoal e dos seus fregueses, porque era muito
39 importante para todos, e queria também agradecer à Câmara Municipal e a todos os
40 Vereadores a disponibilidade que mostraram em manter o mesmo sentido de voto e a
41 mesma intenção dos anos anteriores.

42
43 **O deputado Natanael Vinha** pediu o esclarecimento à bancada do PSD por ter referido
44 uma suposta intervenção, ou não intervenção, ou uma má intervenção do Governo do
45 Partido Socialista sobre aquela matéria porque, como podiam demonstrar todos os
46 registos da Assembleia Municipal e da Assembleia da República, o Partido Socialista
47 sempre tinha feito tudo contra aquela exploração mineira no território.

48
49 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
50 submeteu a presente Moção a votação.

51

1 **Deliberação da Moção Contra a Prospecção Mineira na União de Freguesias de São**
2 **Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé:**

3 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.

4
5 **Declaração de Voto do BE**

6 *“O Bloco de Esquerda manifesta o total apoio à Moção referente à prospecção e pesquisa*
7 *para mineração de cobre, chumbo, zinco, ouro e prata na União das Freguesias de S.*
8 *Sebastião da Giesteira e Nossa Sra. da Boa Fé, e manifesta a sua oposição a todo o*
9 *projeto mineiro numa extensão de 450 Km², em várias freguesias dos concelhos de*
10 *Évora, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Viana do Alentejo.*

11 *Este é o 3º projeto de prospecção apresentado nos últimos 12 anos, que incide*
12 *principalmente na Serra de Monfurado e não é a 1º vez que esta Assembleia Municipal*
13 *se pronuncia sobre a exploração nesta área protegida.*

14 *Lembramos que já em setembro de 2014 esta Assembleia Municipal deliberou não*
15 *permitir a concretização de idêntico projeto mineiro, tendo, na ocasião, desenvolvido*
16 *várias ações de auscultação de vários interessados e das populações, que se*
17 *manifestaram contra semelhante projeto.*

18 *Monfurado é uma área particularmente rica e sensível do ponto de vista ambiental e que*
19 *faz parte da Rede Natura 2000, pelo que qualquer intervenção mineira põe em risco o*
20 *seu ecossistema.*

21 *A exploração mineira deste tipo de metais, que não é crítico ou fundamental para o*
22 *desenvolvimento ou a indústria, de acordo com as decisões da União Europeia, feita a*
23 *céu aberto, põe em causa não apenas o equilíbrio ambiental e a biodiversidade, mas tem*
24 *impactos graves na saúde das populações e na economia da zona. Designadamente*
25 *comporta:*

26 *- Destruição e contaminação irreversível dos solos, com impacto negativo na agricultura*
27 *e pecuária, inviabilizando os projetos de agricultura biológica e a certificação dos*
28 *produtos.*

29 *- Consumo excessivo de água quando já se está afetado pela seca e contaminação das*
30 *águas subterrâneas.*

31 *- Inviabilização do desenvolvimento do Turismo e desvalorização da propriedade (quem*
32 *vai passear ou comprar terras ou casas ao lado de uma mina a céu aberto?).*

33 *- Destruição da paisagem natural e de espécies protegidas e desvalorização dos*
34 *patrimónios natural e megalítico.*

35 *- Empoeiramento do ar com graves problemas de saúde para as populações e aumento*
36 *do nível de ruído.*

37 *- Para as Autarquias traduz-se no aumento dos custos uma vez que, para além da*
38 *sobrecarga em todas as infraestruturas, as estradas serão intensamente usadas por*
39 *pesados, sem lucros porque a sede da empresa promotora não será em Évora.*

40 *- Uma vez autorizada a prospecção os proprietários das terras não podem opor-se a que*
41 *máquinas e homens realizem furação nas suas terras.*

42 *Aliás, neste caso a empresa promotora, que verdadeiramente é estrangeira, tem um*
43 *capital social de apenas 500 euros, o que mostra bem a seriedade com que pretende*
44 *assumir custos com impactos da sua atividade.*

45 *Estas empresas não criam postos de trabalho nem riqueza para as zonas onde se*
46 *instalam, bem pelo contrário, abandonam os locais deixando para trás a destruição que*
47 *provocaram, pelo que não haverá ganhos para a população ou para o país, apenas*
48 *perdas.*

49 *Finalmente, de acordo com os documentos da Consulta Pública, estranhamente a*
50 *Camara de Évora não se pronunciou na fase anterior do processo que corre na Direção*
51 *Geral de Energia e Geologia, o que não se percebe porquanto anteriormente se tinha*

1 *manifestado contra este tipo de exploração e se tinha até comprometido, em negociação*
2 *com o Bloco de Esquerda, na revisão do instrumento de gestão excluir a possibilidade*
3 *de mineração em Monfurado. Por isso deve agora, sem tibiezas, pronunciar-se contra*
4 *este projeto e mobilizar a população para a defesa do território e do dos valores*
5 *ambientais, patrimoniais e económicos da zona.”*

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao representante dos Presidentes de
8 Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho que procedesse à apresentação da
9 Recomendação sobre a melhoria e reforço da recolha de Resíduos Volumosos (Monos).

10
11 **O deputado David Lopes** procedeu à leitura da Recomendação sobre a melhoria e
12 reforço da recolha de Resíduos Volumosos (Monos), a qual se transcreve na íntegra:

13 *“A higiene urbana desempenha um papel crucial na qualidade de vida dos cidadãos e na*
14 *preservação do ambiente. A recolha de resíduos e monos, quando ineficiente, pode gerar*
15 *problemas ambientais, de saúde pública e impacto visual negativo nas nossas ruas,*
16 *praças e espaços verdes.*

17 *Nos últimos tempos, tem-se verificado, quer um aumento da deposição irregular de*
18 *monos em vários pontos do nosso Concelho, quer a ausência de resposta do Município*
19 *aos diversos pedidos de munícipes e das Juntas e Uniões de Freguesia. Estas situações*
20 *comprometem a limpeza urbana e o bem-estar da população. A situação atualmente é*
21 *insustentável verificando-se por todo o Concelho diversos depósitos ilegais de monos.*

22 *Face ao exposto, a Assembleia Municipal reunida a 27 de setembro de 2024, recomenda*
23 *à Câmara Municipal de Évora:*

24 *1. Implementar uma recolha urgente de monos em cada Freguesia do Concelho até ao*
25 *final do mês de outubro.*

26 *2. Reforçar os serviços de recolha de monos - Melhorando a frequência e abrangência*
27 *geográfica do serviço de recolha de monos, para que todos os bairros e freguesias sejam*
28 *atendidos de forma mais célere e eficiente.*

29 *3. Campanhas de sensibilização - Promover campanhas de sensibilização sobre as boas*
30 *práticas de deposição de monos e outros resíduos, informando os munícipes sobre os*
31 *procedimentos a tomar para a recolha gratuita de monos e a localização de pontos de*
32 *entrega voluntária.*

33 *4. Apoio a fiscalizações mais rigorosas – Reforçar a fiscalização para combater o*
34 *abandono indevido de monos nas vias públicas, impondo coimas adequadas para quem*
35 *não cumprir as normas em vigor, de forma a dissuadir comportamentos irresponsáveis.*

36 *5. Apostar na eficiência e eficácia dos meios de recolha – Implementar um calendário*
37 *adequado de recolha para todas as Freguesias, articular com as Juntas e Uniões de*
38 *Freguesia a possibilidade de recolhas extraordinárias, e comunicar mensalmente às*
39 *Juntas e Uniões de Freguesia o número de recolhas efetuadas em cada uma delas e quais*
40 *os locais abrangidos.*

41 *Assim, solicitamos que a Assembleia Municipal delibere e aprove esta recomendação,*
42 *instando a Câmara Municipal de Évora a adotar as medidas aqui expostas, promovendo*
43 *a melhoria da higiene urbana e a recolha adequada de monos, garantindo um Concelho*
44 *mais limpo, sustentável e saudável para todos os seus habitantes.*

45 *Após a aprovação, esta Recomendação deverá ser remetida pelo Senhor Presidente da*
46 *Assembleia Municipal para divulgação nos meios de comunicação social local e*
47 *regional, e nos canais de informação da autarquia.”*

48
49 **O Presidente da Câmara** salientou que aquela Recomendação ia no sentido do já que
50 tinham apresentado no Programa de Higiene e Limpeza, contudo chamou a atenção para
51 aquelas situações porque era importante terem em conta o aumento dos depósitos ilegais,

1 não apenas de monos, mas de resíduos de obras e de verdes, de resíduos comerciais,
2 industriais e de pneus, que tinham aumentado de uma forma exponencial, por todo o
3 concelho nos últimos tempos, o que levou a Câmara ao reforço de uma brigada para três
4 brigadas e, face ao aumento significativo de depósitos ilegais, aquelas três brigadas não
5 têm tido capacidade sequer para os recolher e limpar. Justificou, assim, o atraso, face
6 àquela situação, e tal como estava no plano, tinha de haver uma cooperação entre todos,
7 os meios tinham de ser amplamente aumentados, para darem resposta, e sublinhou a
8 disponibilidade das Juntas de Freguesia relativamente àquela matéria.

9
10 Destacou que no âmbito do plano que estava em vigor poderiam preparar respostas
11 estruturais de médio e longo prazo para aquelas situações e tentarem encontrar soluções
12 que não respondessem apenas à deposição de lixo no imediato, mas que pudessem dar
13 resposta a médio e longo prazo.

14
15 Em relação à questão da fiscalização, transmitiu que tinha sido aumentada, tinham
16 levantado um conjunto de autos de contraordenação e os que não tinham sido pagos
17 seguiram para o tribunal, mas foram arquivados pelo facto das pessoas não terem sido
18 apanhadas em flagrante delito, não sendo possível a aplicação das coimas, o que
19 desmotivou as brigadas de fiscalização da Câmara, bem como outras forças que os
20 acompanharam naquela matéria, mas que a situação estava a ser tratada com o Poder
21 Judicial.

22
23 Sobre as campanhas de sensibilização, informou que já estavam em curso e que, a se-
24 ver, implicavam que tivessem que atuar em conjunto, sobretudo nas escolas, onde já
25 estavam a reforçar a intervenção, sendo esta essencial.

26
27 Concluindo, o **Presidente da Câmara** disse que acompanhava os termos daquela
28 Recomendação, propondo que se pudessem sentar e trabalhar em conjunto, para poderem
29 dar resposta a um problema que, em muitos casos, ultrapassava largamente os recursos
30 de que dispunham, naquele momento.

31
32 **A deputada Elmina Lopes** disse que a CDU reconhecia aquele problema dos resíduos
33 volumosos e dos depósitos ilegais e que acompanhava aquelas preocupações que estavam
34 contidas no Plano de Ação, que a Câmara tinha apresentado.

35 Referiu que, no geral, aquela Moção era correta, apenas ressaltavam que não havia uma
36 ausência de resposta do Município, haveria, talvez, um atraso, portanto, no segundo
37 parágrafo consideraram que era excessiva aquela expressão.

38 Informou que se iriam abster, considerando que ela já estava espelhada no Plano de Ação
39 da Câmara, e que respeitavam realmente as preocupações que estavam na Moção que
40 tinham sido expostas, de forma minimamente rigorosa.

41
42 **O deputado Redolfo Pereira** em relação à intervenção da CDU sobre a não ausência,
43 disse ter um exemplo prático de ausência porque desde finais de abril até àquela data, 27
44 de setembro, tinha enviado uma série de e-mails a pedir uma recolha numa escola primária
45 sem sequer ter recebido uma resposta e considerou que tal situação não era atraso, porque
46 atraso de semanas era justificável, mas de meses não era.

47 No âmbito do plano que foi apresentado pelo Município desejou que tivesse efetivamente
48 aplicação prática porque há três anos que andavam de plano em plano e os resultados
49 práticos eram muito poucos, comuns a todo o concelho e a todas as freguesias.

50 Saudou aquela união entre todos, independentemente dos problemas, e a decisão de
51 fazerem em conjunto aquela Recomendação e tomada de posição, realçando que as

1 medidas apresentadas eram de fácil ação prática, em muito curto prazo, e nomeou a
2 resolução da primeira medida, pela sua urgência.

3 Sobre a razão de apenas naquela data estarem a apresentar a Recomendação disse que se
4 devia a estarem na fase de preparação do Orçamento para 2025, e que era necessário dotá-
5 lo dos meios financeiros e materiais, e também, de dinâmicas organizativas, em termos
6 do funcionamento do Departamento de Higiene e Limpeza e salientou que tão importante
7 como adquirir meios humanos e materiais era trabalharem na organização do
8 departamento, portanto, sem organização por mais meios humanos e materiais que
9 houvesse não haveria hipótese de resolverem os problemas.

10
11 **O deputado Luis Pardal** referiu que os motivos que levavam àquela discussão eram
12 lamentáveis porque um, dois ou três atrasos passavam a ser ausência de resposta, o que
13 mudava completamente o paradigma, porque todos os dias os Presidentes de Junta
14 estavam na rua e já tinham apresentado propostas de alterações orçamentais, de
15 fiscalização, de reorganização, de campanhas de comunicação, de colaborações com as
16 Juntas de Freguesia e depois assistiam à informação do senhor Presidente da Câmara, em
17 cada Assembleia Municipal, da colaboração com as Juntas de Freguesia o que não era
18 uma realidade e que lamentavam profundamente porque havia uma visão centralista da
19 gestão daquele assunto na Câmara Municipal.

20
21 **O deputado Isidro Lobo** começou por dizer que, como Presidente de Junta de uma
22 Freguesia Rural, uma das coisas que fazia era não deixar juntar monos, principalmente
23 junto aos contentores, nem situações de lixo ilegal porque quando se vivia no campo tinha
24 de se ter um tratamento diferente, por isso quando encontravam algum mono limpavam
25 logo para não irem lá pôr mais e que na sua Freguesia não havia um mono encostado a
26 um contentor de lixo ou nas bermas da estrada mais que um ou dois dias, porque arranjou
27 um espaço onde “os esconde” até a Câmara os ir buscar, exceto quando os vizinhos de
28 Montemor, de Arraiolos ou de São Sebastião despejavam o camião junto à estrada, no
29 cruzamento da Valeira, porque a Junta não tinha meios para aquelas limpezas, e que já
30 tinha dado conhecimento daquela situação à Câmara e enviado, havia pouco tempo, uma
31 fotografia por e-mail.

32 Realçou que iriam, e deveriam, discutir dentro de pouco tempo a Descentralização de
33 Competências e que ali estavam para terem mais competências e mais algum poder
34 económico para que as coisas funcionassem.

35
36 **A deputada Paula Pita** considerou que, depois de ter ouvido as intervenções anteriores,
37 a não aprovação da Moção, apresentada pela sua bancada, tinha sido por um problema de
38 semântica, por terem generalizado, porque aquela Recomendação dizia que “*tem-se*
39 *verificado o aumento da deposição irregular de monos em vários pontos do nosso*
40 *concelho*” e questionou “tem-se verificado” quem, não seriam os Eborenses que
41 colocavam aqueles monos, dizia também “*promover campanhas de sensibilização sobre*
42 *as boas práticas*” e perguntou sobre quem, seriam os eborenses, e também dizia “*apoio*
43 *a fiscalizações mais rigorosas reforçar a fiscalização para combater o abandono dos*
44 *monos nas vias públicas*”, pelo que interrogou se não deveria ser a fiscalização aos
45 eborenses, e ainda ouviu ali dizerem “situação descontrolada”, “sair à rua e lixo por todo
46 o lado”, portanto, considerou que a Moção da sua bancada não tinha sido aprovada porque
47 não quiseram assumir o “alguns” e que até terminava dizendo que a questão da limpeza
48 e higiene deveria ser uma prioridade das GOP do Orçamento, portanto entendeu que tinha
49 sido uma questão semântica.

50

1 **O deputado José Piteira** disse que a questão dos monos era uma realidade já há bastante
2 tempo e que se viam cada vez mais junto a contentores e ecopontos, mas também que a
3 recolha na sua Freguesia não era regular, nem com as datas marcadas, e era em pouca
4 quantidade, como da última vez que lá estiveram recolheram um sofá onde havia vários.
5 Quanto ao ponto 3, recordou a imagem das ações de sensibilização, que ficou na memória
6 de todos os eborenses, que era Évora Limpa, e se colava nos contentores do lixo, não se
7 recordava de mais nenhuma ação do Município com aquela envergadura e que era
8 necessária, pelo que sugeriu que nos contentores do lixo poderia estar a informação das
9 regras e das coimas e também sobre os eletrodomésticos, porque muitas pessoas não
10 sabiam que quem vendia era obrigado a recolher o usado, e também nas escolas. Salientou
11 que fazia a sensibilização na sua Freguesia, mas a Câmara também tinha de fazer a sua
12 parte.

13 No que respeita à intervenção da deputada Elmina Lopes, sobre não levantarem as tampas
14 dos caixotes para depositar o lixo, e não estando a atacar os trabalhadores, referiu que na
15 sua Freguesia em metade dos casos não precisavam de levantar a tampa porque os
16 funcionários da Câmara quando iam recolher o lixo deixavam os contentores destapados
17 e que deveriam ser eles dar o exemplo. Portanto, teria que ser o Executivo a mandá-los
18 deixar de o fazer porque também estava no regulamento que “é obrigatória a deposição
19 de resíduos urbanos no interior dos equipamentos para tal destinados, deixando sempre
20 fechada a respetiva tampa”, e era necessária aquela sensibilização.

21
22 **A deputada Cristina Mata** argumentou que era uma coincidência a Moção Higiene e
23 Limpeza juntamente com a remoção de resíduos e volumes, e que tinha chegado à
24 conclusão de que o MCE incomodava porque em qualquer coisa que diziam
25 preocupavam-se com os parágrafos, as frases, as vírgulas e os pontos finais, mas de facto
26 falavam de algum tema.

27 Deu os parabéns aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia porque, como tinha
28 dito o deputado Luís Pardal e muito bem, andavam na rua e falavam com várias pessoas,
29 mas o Movimento Cuidar de Évora também andava na rua e as pessoas também falavam
30 com eles e perguntavam-lhes porque cresciam as ervas, porque estava o lixo junto dos
31 contentores e outros, portanto, mais vírgula menos vírgula, mais palavra menos palavra,
32 de uma forma ou de outra, o tema era o mesmo, a coincidência era a mesma, portanto,
33 considerou que o que fazia sentido era arranjar soluções e não brigarem. Afirmou,
34 assim, que eram um movimento e não estavam ali a agredir situações políticas e partidos,
35 eram um movimento que queria desbloquear e ajudar o eborense.

36
37 **O deputado Luís Ramalho** começou por corrigir o seu colega Redolfo porque não tinha
38 sido há 3 anos, mas sim há 11 anos, e que em 2014 tinham começado a falar dos monos,
39 que eram menos, mas já existiam, a procurar um espaço em cada Freguesia e a estudarem
40 as situações, mas chegados a 2024 estavam tal qual como antes, o que lamentava.

41 Reforçou o que o colega Piteira tinha dito sobre fecharem as tampas dos contentores, que
42 era da responsabilidade dos funcionários que faziam aquele serviço, até porque alguns
43 estavam colocados em locais de difícil acesso para os funcionários da Junta fecharem as
44 tampas, referindo que aqueles funcionários trabalhavam numa Divisão, tinham um setor
45 e chefes de departamentos que tinham de ir aos locais e chamar a atenção àqueles que não
46 estavam a fazer o serviço corretamente, tinham de acompanhar e não podiam ficar todo o
47 tempo à secretária.

48 Sobre a questão das Juntas recolherem os depósitos de lixo, informou que, em São Miguel
49 de Machede, a Junta andou a recolher o lixo e monos e depois tiveram 2 autos de
50 contraordenação na CCDR, de 36.000 euros cada um, portanto, o que faziam atualmente
51 era fotografar, identificar o local e comunicar aos serviços e aconselhou os colegas a não

1 fazerem mais do que aquilo, porque poderiam sofrer coimas pesadas, que não
2 substituíssem o Município porque já tinham muitas responsabilidades que eram suas e
3 que as assumiam.

4 Considerou que quando as pessoas realmente vissem que os espaços eram limpos com
5 frequência já se inibiam mais, que haveria sempre uma ou outra pessoa que prevaricava,
6 e que acreditava que isso não iria acabar, mas iria ficar mais contido, e que as pessoas
7 estavam desiludidas.

8 Referiu que a CDU estava há 11 anos a gerir o Município de Évora e agora apresentou,
9 no último ano do mandato, um plano, uma estrutura, mobilizou todos os funcionários que
10 tinham naquela área para, em duas ou três semanas, acabarem com aquelas situações e
11 que não era assim que se resolviam os problemas.

12
13 **A deputada Elmina Lopes** realçou que, como Senhor Presidente tinha referido, a
14 Câmara tinha triplicado as brigadas de recolha de monos e, portanto, era injusto dizerem
15 que não tinha feito nada, porque estava insistentemente a ser resolvido.

16 Em relação aos funcionários da limpeza, lembrou que, efetivamente, tinha sido no tempo
17 da Covid que começaram a deixar os contentores abertos, para que as pessoas não se
18 contaminassem ao mexer nos mesmos e foi uma medida que interiorizaram e que ficou
19 provavelmente por pensarem que assim induziam as pessoas a porem o lixo dentro dos
20 contentores, mas se realmente era uma prática insalubre devia tentar contrariar-se ao
21 máximo e apelou ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador que tomassem medidas, no
22 sentido de eliminar a prática.

23
24 **O deputado Francisco Figueira** começou por saudar aquele movimento unânime de
25 todos os Presidentes de Junta de Freguesia, que estava a ocorrer pela primeira vez com
26 independentes, do PCP, do PSD e do PS, relativamente a um problema que era crónico e
27 estrutural e também pela coragem de colocarem aquela questão na Assembleia Municipal.
28 Perguntou quando tinha sido a última reunião entre o Executivo minoritário que
29 governava a Câmara e os Presidentes de Junta para tentarem, de alguma forma, dirimir os
30 problemas e disse que ao fim de 4000 dias daquela gestão, agora era apresentado um
31 plano, a seguir um orçamento e depois ficava tudo como estava.

32
33 **O deputado Luís Pardal** esclareceu que aquela Recomendação não surgia a reboque de
34 nada e que os Presidentes de Junta estavam no exercício das suas funções, a defenderem
35 as suas Freguesias.

36
37 **A deputada Cristina Mata** disse que também não andavam a reboque porque as pessoas
38 os conhecem e lhes fazem perguntas, portanto, como Presidentes de Junta de Freguesia
39 faziam a sua obrigação e eles também, não como pessoas do Movimento, mas como
40 cidadãos.

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
43 intervenção, submeteu a presente Recomendação a votação.

44
45 **Deliberação da Recomendação sobre a melhoria e reforço da recolha de Resíduos**
46 **Volúmosos (Monos):**

47 **Aprovada por maioria** com 27 votos a favor, 13 do PS, 5 da Coligação Mudar com
48 Confiança, 3 do MCE, 2 da CDU, 1 BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do Chega e 6
49 abstenções da CDU, verificando-se 33 presenças.

50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do MCE que procedesse à
2 apresentação do Voto de Louvor e Pesar.

3
4 **O deputado Paulo Ribeiro** procedeu à leitura do Voto de Louvor e Pesar, o qual se
5 transcreve na íntegra:

6 *“A Assembleia Municipal de Évora, manifesta a sua enorme gratidão, pelo papel heroico*
7 *e incansável dos bombeiros portugueses em geral, e dos eborenses em particular que,*
8 *com muitas limitações de meios, mal remunerados, e exaustos, não deixaram de combater*
9 *de forma heroica, com bravura e muito sacrifício, os recentes incêndios no País,*
10 *colocando a sua própria vida em risco, para salvarem a do seu semelhante.*
11 *Pelas vítimas mortais de mais esta catástrofe nacional, incluindo os bombeiros que*
12 *perderam a vida, fazemos um minuto de silêncio e apresentamos sentidas condolências*
13 *aos seus familiares, amigos e companheiros da sua Missão.”*

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
16 submeteu o presente Voto de Louvor e Pesar a votação.

17 **Deliberação do Voto de Louvor e Pesar:**

18 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.

19
20 **O Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o minuto de silêncio.

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do MCE que procedesse à
23 apresentação da Moção Votos de Felicitações.

24
25 **A deputada Paula Pita** procedeu à leitura da Moção Votos de Felicitações, a qual se
26 transcreve na íntegra:

27 *“O Movimento Cuidar de Évora, manifesta a sua satisfação e aplauso pelo excelente*
28 *trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora, em prol do desenvolvimento da*
29 *Investigação Científica, em Évora e no Alentejo, cujo mérito é, comumente,*
30 *reconhecido a nível mundial.*

31 *Parafraseando o Sr. Diretor do Diário do Sul, estimado Manuel Madeira Piçarra, na sua*
32 *Nota do Dia, da edição de hoje do DS, “Tudo aquilo que enalteça o prestígio da*
33 *Universidade de Évora deve ser sublinhado (...),” o Movimento Cuidar de Évora destaca,*
34 *a propósito da recente listagem de Investigadores de Topo, divulgada pela prestigiada*
35 *Universidade de Stanford e onde estão referenciados vários investigadores da*
36 *Universidade de Évora, o valor e o reconhecimento do mérito científico e académico dos*
37 *professores e investigadores da nossa Universidade.*

38 *Assim, parabéns aos respetivos Departamentos e aos Professores/Investigadores:*

39 *Lista Carreira:*

40 *1. Teresa Pinto Correia (Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da UE e*
41 *Investigadora do Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e*
42 *Desenvolvimento)*

43 *2. António Ferreira Miguel (Departamento de Física da UE e Investigador do Instituto*
44 *de Ciências da Terra)*

45 *3. Manuel Collares Pereira (Investigador, aposentado, do Instituto de Investigação e*
46 *Formação Avançada – Investigador Coordenador Convidado)*

47 *4. António Heitor Reis (Professor Catedrático aposentado do Departamento de Física da*
48 *UE e Investigador do Instituto de Ciências da Terra)*

49 *5. Miguel Araújo (Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da EU,*
50 *Investigador no Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento)*

1 *Lista Investigadores Mais Importantes 2023: António Ferreira Miguel e Miguel Araújo*
2 *repetem, Soumodip Sarkar do Departamento de Gestão da UE e Investigador do Centro*
3 *de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia; Manuel Melo e Mota,*
4 *Professor aposentado do Departamento de Biologia e Investigador do Instituto*
5 *Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento).”*

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
8 submeteu a presente Moção a votação.

9
10 **Deliberação da Moção Votos de Felicitações:**

11 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
14 apresentação da Moção Processo de Construção de Centrais Solares no Concelho de
15 Évora.

16
17 **A deputada Paula de Deus** procedeu à leitura da Moção Processo de Construção de
18 Centrais Solares no Concelho de Évora, a qual se transcreve na íntegra:

19 *“Esta Assembleia Municipal foi informada em sessão anterior, por um grupo de*
20 *Cidadãos, do processo de licenciamento e construção de duas centrais solares, no*
21 *Concelho de Évora, freguesia de N.ª Sr.ª da Graça do Divor;*

22 *A Câmara Municipal deliberou por unanimidade em reunião de 24/07/2024, encetar um*
23 *conjunto de diligências e tomar medidas no sentido de acautelar as preocupações de*
24 *moradores, instituições e empresas da zona, na defesa do superior Interesse Público;*

25 *A Água, o Solo, o Ar, a Paisagem, a Biodiversidade, são Bens Públicos e que é obrigação*
26 *do Estado Português pugnar pela sua defesa;*

27 *As posições assumidas em sede de Avaliação de Impacte Ambiental, pelas instituições*
28 *públicas com responsabilidades acrescidas nos diversos processos de licenciamento*
29 *foram liminarmente ignoradas pela Comissão de Avaliação que tutelou o procedimento*
30 *de avaliação ambiental, nomeadamente os pareceres desfavoráveis da Câmara*
31 *Municipal de Évora e do Turismo de Portugal;*

32 *As compensações financeiras previstas na Lei não são devidas ao Concelho pelos*
33 *promotores, mas sim pelo ESTADO, através do Fundo Ambiental;*

34 *O caderno de encargos ambientais exigidos aos promotores em sede de AIA, não preveem*
35 *meios para o acompanhamento da sua execução;*

36 *A avaliação pós-ambiental destes empreendimentos, quando efetuada, revela que as*
37 *medidas não são executadas nem minimizam nenhum dos impactes negativos gerados*
38 *por estas Mega centrais;*

39 *Os promotores tal como se apresentam não detêm estrutura financeira, económica ou*
40 *técnica que assegure o cumprimento do caderno de encargos que determinou o*
41 *licenciamento obtido;*

42 *A zona de implantação e construção das centrais solares, na Freguesia de Nª Sr.ª da*
43 *Graça do Divor, Concelho de Évora é particularmente sensível, conserva valores*
44 *naturais de extrema importância como o solo agrícola, integra a bacia hidrográfica que*
45 *drena diretamente para a albufeira da barragem do Divor, detém um coberto arbóreo e*
46 *arbustivo que criam uma paisagem notável e que está na base da existência de um turismo*
47 *qualificado, ecológico e que contribui positivamente para a Freguesia e para o*
48 *Concelho;*

49 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária no dia 27 de setembro*
50 *de 2024, delibera:*

1 *1. Convidar para uma Audição pública a Organização Não Governamental ZERO e a*
2 *Agência Portuguesa do Ambiente;*

3 *2. Instar a Câmara Municipal de Évora a dar cumprimento imediato às medidas e ações*
4 *já aprovadas em sede de Reunião Pública de Câmara, nomeadamente:*

5 *2.1. No respeito pela legislação aplicável, elaborar um conjunto de Normas Provisórias*
6 *para Instalação de Parques Fotovoltaicos no Concelho, conforme artigo 135.º do Regime*
7 *Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que venham regular este uso do espaço,*
8 *estabelecendo critérios gerais para todo o território municipal, podendo assumir a forma*
9 *de Regulamento Administrativo e funcionando como medidas preventivas até à revisão*
10 *do PDM e do PUE;*

11 *2.2. Exigir que estes processos de licenciamento sejam enquadrados na Lei do Restauo*
12 *da Natureza e na revisão da REDII (Revisão da Diretiva das Energias Renováveis) que*
13 *direciona para que "a prioridade para a instalação das unidades de produção de energia*
14 *de fontes renováveis são as áreas já artificializadas;*

15 *2.3. Apoiar as diligências de moradores e organizações afetadas por estas centrais*
16 *solares, nomeadamente das freguesias dos Canaviais, Nossa Senhora da Graça do Divor,*
17 *da União de Freguesias do Bacelo e da Sr.ª da Saúde, na contestação da implementação*
18 *destes parques solares, caso não se verifique o total esclarecimento dos procedimentos*
19 *de decisão e licenciamento por parte dos promotores e entidades públicas. ”*
20

21 **A deputada Clara Grácio** começou por dizer que tinha estranhado aquela Moção,
22 porque já tinha sido votada por unanimidade, na Assembleia anterior, a realização de uma
23 audição e que estavam à espera que o senhor Presidente da Assembleia a promovesse,
24 portanto, não compreendia porque estavam a aprovar novamente o que já tinham
25 aprovado, pelo que perguntou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal qual o
26 ponto de situação da realização daquela audição, considerando ser de bom tom a retirada
27 da Moção.
28

29 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que, no passado dia 26 de junho, tinha
30 sido enviado um ofício à Escola de Ciências e Tecnologias da Universidade de Évora, em
31 nome da senhora deputada, e não tinha tido resposta.
32

33 **A deputada Clara Grácio** informou que o referido ofício tinha sido reenviado para
34 alguns dos Centros da Escola de Ciência e Tecnologia e também para o Instituto de
35 Investigação e Formação Avançada para analisarem quais seriam os técnicos mais
36 abrangentes e mais adequados, mas quem decidia era a Direção Geral de Energia e
37 Geologia.
38

39 **O Presidente da Câmara** declarou que, também, tinha ficado admirado com algumas
40 questões daquela Moção porque tinha sido a primeira pessoa do Município a reunir com
41 os moradores e a manifestar o seu apoio, ainda antes da formação da plataforma que agora
42 estava em funcionamento. Salientou terem sempre um papel ativo, contestando e exigindo
43 o ordenamento da implantação das centrais solares em todo o Concelho, incluindo as do
44 Divor, uma vez que já anteriormente tinham tomado a posição de que deveria haver uma
45 legislação que limitasse as áreas das centrais solares e que, mais do que limitar, impedisse
46 que houvesse contiguidade no conjunto de áreas.
47

48 Recordou, ainda, que as Câmaras Municipais não eram entidades licenciadoras, que quem
49 licenciava era a Direção Geral de Energia e, portanto, era o Governo que assumia aquele
50 licenciamento e já o tinha feito relativamente a um dos projetos do Divor, mas não a outro,
51 e que a Câmara tinha tomado uma posição, por sua proposta, consensualizada entre todos,

1 sobre aquela matéria, tentando ver se, legalmente, seria possível incluírem já na alteração
2 do PDM algumas normas, mas se não fosse possível assumiriam o compromisso de
3 avançarem com as medidas aprovadas na Câmara e depois integrá-las na revisão do Plano
4 Diretor Municipal e do Plano de Ação.

5
6 Em relação àquela Moção sugeriu que em vez de “instar a Câmara Municipal a dar
7 cumprimento imediato às medidas” fosse “apoiar a posição tomada pela Câmara e
8 garantir a aplicação urgente das medidas,” como forma de conciliarem aquele tema, mas,
9 de facto, a questão da audição tinha de ser esclarecida porque já estava aprovada.

10
11 **A deputada Paula de Deus** informou que acolhiam as palavras do Senhor Presidente da
12 Câmara, mas que as preocupações dos cidadãos, utilizadores daquela plataforma, eram
13 também preocupações da sua bancada, sobretudo pela pressão que sentiam, porque entre
14 as dúvidas jurídicas o tempo ia passando e, de facto, o problema era muito grave, por isso
15 voltaram a fazer pressão para que efetivamente o assunto fosse resolvido.

16 Relativamente à alteração da palavra “instar” para a palavra “apoiar” pareceu-lhes bem
17 na certeza, porém, de que apoiarem a Câmara de Évora não era nas medidas que já tinha
18 tomado, era para darem cumprimento às ações que tinham sido aprovadas em reunião de
19 Câmara e que os vários vereadores também tinham tomado posição.

20
21 **O Presidente da Câmara** esclareceu que não tinha proposto que apoiassem a Câmara de
22 Évora, mas sim que apoiassem a posição tomada pela Câmara de Évora, consensualizada
23 e aprovada por unanimidade, garantindo a aplicação urgente das medidas.

24
25 **O deputado Isidro Lobo** começou por expor que aquele era um problema na sua
26 Freguesia, que os promotores do projeto tinham falado com ele e perguntado o que
27 pensava de um projeto daquela natureza e o que poderiam fazer em prol da Freguesia,
28 disponibilizando-se para o que fossem as maiores necessidades, e que lhes tinha dito que
29 não conhecia o projeto, portanto, não se poderia pronunciar, pelo que teriam de o
30 apresentar à Junta e à Assembleia de Freguesia, de forma a poderem pronunciar-se sobre
31 aquela situação e que não tinham feito, até àquela data.

32 Considerou que quisessem colaborar com uma obra social para calarem as pessoas e
33 lembrou que tinham na Freguesia, há muito tempo, dois projetos realizados e aprovados
34 pela Câmara, sendo que o do lar estava parado e que os senhores lhes garantiram que o
35 fariam se o projeto fosse aprovado.

36 Informou que na Assembleia de Freguesia, realizada naquele mesmo dia, colocou a
37 questão para que ficasse em ata que eram contra, mas ninguém se pronunciou contra
38 porque todos queriam uma energia limpa, o que não apoiavam era a forma como seriam
39 implantados e disse que, em termos de ambiente, tinha dificuldades em discutir aquele
40 assunto.

41
42 **A deputada Clara Grácio** propôs uma alteração, acrescentando “onde foi aprovada, por
43 unanimidade, a realização no futuro de uma audição sobre este assunto”, ou seja, foi
44 exatamente na sequência do grupo de cidadãos que aquela proposta tinha sido aprovada
45 e, portanto, considerou que, pelo menos, aquela verdade deveria ser reposta.

46
47 **A deputada Paula de Deus** transmitiu que aquela a proposta era acolhida, que aquela e
48 as verdades que estavam manter-se-iam porque a pressão da sua bancada era a pressão
49 das pessoas daquela Freguesia, do concelho de Évora e do Alentejo.

1 **O Presidente da Câmara** afirmou que todos corroboravam, que ninguém era contra as
2 centrais solares, pelo contrário, elas faziam falta para garantir as questões de
3 descarbonização, mas o problema era onde e como seriam implementadas, se afetavam
4 ou não valores que eram superiores àqueles que elas serviam, sendo essa a questão
5 fundamental.

6
7 **A deputada Paula de Deus** reforçou as palavras do senhor Presidente da Câmara porque
8 a posição do Partido Socialista era exatamente a que estava plasmada naquela Moção.

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
11 intervenção, submeteu a presente Moção a votação.

12
13 **Deliberação da Moção Processo de Construção de Centrais solares no Concelho de**
14 **Évora:**

15 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.

16 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
17 apresentação da Moção Conclusão do Novo Hospital Central do Alentejo.

18
19 **A deputada Paula de Deus** procedeu à leitura da Moção Conclusão do Novo Hospital
20 Central do Alentejo, a qual se transcreve na íntegra:

21 *“No Alentejo o povo sonha, a obra nasce. Em agosto de 2021, foi lançada a primeira*
22 *pedra do novo Hospital Central do Alentejo. A obra cresceu e hoje avista-se à distância.*
23 *No ano de 2025, é tempo de construir as acessibilidades ao Hospital Central do Alentejo*
24 *e de lançar o concurso para a aquisição de equipamento. O nosso futuro não pode ser*
25 *interrompido.*

26 *É tempo de prepararmos a abertura do Hospital, em 2026.*

27 *A Assembleia Municipal de Évora, num ato responsável de compromisso com o povo do*
28 *Alentejo, insta o Governo a diligenciar e, em conjunto com a CME, mobilizar os recursos*
29 *necessários para garantir a conclusão desta grande obra do Alentejo no prazo previsto.*
30 *O povo que vive no Alentejo tem direito à saúde, conclua-se a obra, abram-se as portas*
31 *do Novo Hospital, crie-se o curso de medicina, desenvolva-se a região.*

32 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 27 de setembro de 2024, propõe-se, assim,*
33 *enviar ao Governo esta Moção, entendida como uma missiva para que mobilize os*
34 *recursos e o financiamento necessários à prossecução deste investimento, vital para a*
35 *saúde e bem-estar do nosso povo, aqui no Alentejo.*

36 *A Assembleia Municipal de Évora propõe-se, igualmente, enviar esta Moção a todos os*
37 *Grupos Parlamentares e aos órgãos de comunicação social regional e nacional.”*

38
39 **O deputado Francisco Figueira** transmitiu que iriam votar favoravelmente aquela
40 Moção, porque era um compromisso do PSD, desde há muito tempo.

41 Referiu que, no portal do SNS, ainda constava uma publicação de 12 de agosto de 2019,
42 portanto na governação da geringonça, em que referia que o hospital seria inaugurado em
43 dezembro de 2023, mas já tinham chegado a meados de 2024 e com certeza tinham o
44 compromisso do Governo, pelo qual não falava, mas a cujo o Partido pertencia, de que
45 obviamente envidariam todos os esforços para resolver as questões que estavam
46 pendentes, relativamente ao hospital.

47 Em relação à parte que dizia respeito às responsabilidades da Câmara, estas teriam de ser
48 cumpridas. Havia diligências, quanto às expropriações que a Câmara deliberou em 20 de
49 março e que ainda não tinham avançado, havia uma falha no financiamento de 50 milhões
50 de euros, quanto ao tema dos equipamentos que aquele Governo iria obviamente
51 ultrapassar, era público, também, o compromisso do Senhor Primeiro Ministro na criação

1 de todas as condições para ser possível a abertura de um curso de Medicina, no Novo
2 Hospital de Évora, sendo que tinha sido cedido o terreno à Universidade de Évora, para
3 instalar a Escola de Saúde Pública e, portanto, pela sua parte o compromisso com o povo
4 do Alentejo era total e, com certeza, que envidariam os esforços necessários para concluir
5 aquela obra, que era uma obra de todos e que o povo alentejano desejava e espera há 40
6 anos.

7 Registou com agrado o cuidado na redação daquela Moção e que demonstrava, de alguma
8 forma, a responsabilidade e a consciência que o Partido Socialista tinha quanto aos
9 problemas que tinha deixado para a conclusão daquele hospital.

10
11 **O deputado Gonçalo Costa** disse que, depois daquela intervenção do PSD, tinha de repor
12 a verdade sobre o Hospital Central do Alentejo, que tinha nascido por iniciativa política
13 do Partido Socialista, que garantiu os recursos, quer através das verbas inscritas em
14 Orçamento de Estado, quer através da disponibilização de Fundos Comunitários, de uma
15 parte significativa dos recursos financeiros para a construção do Hospital, mas,
16 obviamente, que a construção de um hospital daquela magnitude, que iria ser um Hospital
17 Central, para servir toda a Região do Alentejo, e não apenas o distrito de Évora, era um
18 processo extremamente complexo e que foi a decisão política do Partido Socialista que o
19 garantiu e todos os passos que foram dados para a sua construção foram obra de Governos
20 do Partido Socialista. Obviamente, existiram atrasos e continuam a existir recentemente,
21 e o PS já não está no Governo, tendo visto uma notícia sobre mais uma prorrogação da
22 data prevista de conclusão, sendo natural que uma obra daquela magnitude sofresse
23 atrasos, além disso tinham ocorrido algumas situações que levaram a que isso
24 acontecesse.

25 Relativamente à questão do curso de Medicina em Évora, disse que tinha sido por
26 iniciativa política do Partido Socialista que foram dados os primeiros passos para a sua
27 criação, os primeiros contactos e as primeiras interações, de modo a garantir que se
28 pudesse abrir um curso Medicina no futuro e também contribuir para a fixação de
29 profissionais na região, portanto, era por mérito político do Partido Socialista que,
30 atualmente, o PSD tentava tirar os dividendos políticos e inaugurar uma obra política do
31 Partido Socialista.

32 Sobre a questão das acessibilidades referiu que já tinha questionado várias vezes o senhor
33 Presidente da Câmara, alertando para o facto de não bastar o hospital estar construído,
34 como também teria de estar funcional, porque se em fevereiro de 2027 não estivesse a
35 funcionar em pleno corria-se o risco dos Fundos Comunitários que tinham sido atribuídos,
36 até os que já tinham sido pagos, terem de ser devolvidos à União Europeia, o que era um
37 problema, e naquela situação a Câmara teria uma responsabilidade acrescida porque a
38 garantia das acessibilidades tinha sido um compromisso assumido pelo senhor Presidente
39 da Câmara, assim como os projetos das ligações de águas que, naquele momento, ainda
40 não estavam efetuados e, portanto, corre-se o risco de ter uma obra concluída sem os
41 recursos necessários para o seu funcionamento, onde o senhor Presidente da Câmara
42 também teria uma responsabilidade.

43
44 **O Presidente da Câmara** considerou ser obrigado a repor a verdade sobre várias
45 situações e lembrar algumas outras. Começou por deixar claro que o protocolo assinado
46 com o Governo, em maio do ano passado e em vigor, definia as regras para o tratamento
47 daquelas questões em que as expropriações competiam à ARS.

48
49 Quanto ao lançamento de um concurso público internacional, de pelo menos 11 milhões
50 de euros, disse que era óbvio que a Câmara não o poderia lançar, e estava pronta para o
51 fazer, se não tivesse o financiamento para o fazer, até porque o Tribunal de Contas nem

1 sequer aceitaria uma situação daquele género, portanto, enquanto não houvesse a garantia
2 de que aquele financiamento existia e seria concretizado não era possível fazê-lo.

3
4 Em relação às acessibilidades, assegurou que a Câmara tinha cumprido, integralmente, o
5 que tinha sido aprovado em Reunião de Câmara contactando todos os proprietários,
6 acertando com todos o que tinha de ser acertado e, presentemente, precisavam de notificar
7 aqueles proprietários, mas só era possível notificarem oficialmente, de acordo com a lei,
8 se tivessem a competência para o fazer. Esta situação tinha sido tratada, de uma forma
9 correta, transparente e frontal, com a Senhora Secretária de Estado da Gestão Hospitalar,
10 que foi quem ficou com aquele dossier, e aguardava que o Governo aprovasse o texto da
11 alteração ao Protocolo, acordado entre as duas partes, com alguma rapidez, e que fossem
12 desencadeados os mecanismos necessários, portanto, a Câmara cumpriu rigorosamente a
13 deliberação que foi tomada em Reunião de Câmara.

14
15 Realçou que o mesmo se colocava relativamente à questão da rede de abastecimento de
16 água e saneamento, em que tinha havido um compromisso de lançamento em setembro
17 do aviso para o financiamento de 85%, mas o aviso ainda não tinha sido feito e, portanto,
18 estavam à espera para lançar o concurso, e estavam em condições de o lançar, desde que
19 houvesse a garantia do financiamento, para depois serem garantidos os outros 15% pelo
20 Orçamento de Estado.

21
22 Concluindo, o **Presidente da Câmara** garantiu que, da parte da Câmara, estavam
23 tranquilos, mas que, obviamente, tinham de acelerar por todas as razões, salientando que
24 o diálogo com a Senhora Secretária de Estado da Gestão Hospitalar tinha sido de forma
25 a serem resolvidos os problemas e, portanto, não gostaria que o ambiente que norteava
26 aquelas relações fosse alterado por outras razões e muito menos pela tentativa de
27 acusarem a Câmara por não terem as acessibilidades ou a rede de abastecimento de água
28 e saneamento, quando aquelas obras não dependiam da Câmara.

29
30 **A deputada Paula de Deus** disse que, sobre aquele assunto, tal como o anterior, todos
31 daquela Assembleia, independentemente dos partidos, tinham de estar convocados e,
32 como já tinha sido dito, o texto estava redigido com grande sentido de responsabilidade
33 e rigor, não imputando responsabilidades nem culpas a ninguém. No entanto, para que
34 quem agora governava, nas várias instâncias, acelerasse e continuasse aquela obra, com
35 vista a que se concretizasse, ou seja, inaugurá-la em 2026, cada um deveria assumir as
36 suas responsabilidades, para que não houvesse interrupções e fosse, de facto, inaugurada
37 em 2026.

38
39 **O deputado Francisco Figueira** transmitiu que pela parte do Governo da AD cumprirá
40 e que depois o povo julgará e a história também.

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
43 submeteu a presente Moção a votação.

44
45 **Deliberação da Moção Conclusão do Novo Hospital Central do Alentejo:**
46 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.

47
48 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à
49 apresentação da Moção Defender a Autonomia do Poder Local Rejeitar a Imposição de
50 Tarifas da Água pela ERSAR.

51

1 **A deputada Lilia Fidalgo** procedeu à leitura da Moção Defender a Autonomia do Poder
2 Local Rejeitar a Imposição de Tarifas da Água pela ERSAR, a qual se transcreve na
3 íntegra:

4 *“O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, realizado a 8 de agosto, “um Decreto-*
5 *Lei que define as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores, aplicando os valores*
6 *de 2023 ajustados à taxa de inflação, cobrados nos termos dos contratos de concessão*
7 *de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento para o ano de 2024*
8 *e que devolve à Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) as*
9 *competências para a fixação das tarifas, revogando a alteração introduzida na Lei do*
10 *Orçamento do Estado para 2021 e regressando ao modelo em que os poderes tarifários*
11 *são exercidos por entidade administrativa independente”.*

12 *No dia 9 de agosto, dia seguinte ao da aprovação, o Governo solicitou parecer à ANMP*
13 *- Associação Nacional de Municípios Portugueses, revelando-se a audição tardia e*
14 *meramente formal, incumprindo a lei e o regimento do próprio Conselho de Ministros.*

15 *O referido projeto de Decreto-Lei altera os Estatutos da ERSAR, revogando as alterações*
16 *introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado de 2021, voltando a conceder a esta*
17 *entidade competência para fixar tarifas em todos os sistemas de titularidade estatal,*
18 *incluindo municipal, emitindo instruções vinculativas, em vez de, como presentemente*
19 *em vigor, apenas recomendações quanto às tarifas.*

20 *Este retrocesso legislativo configura uma flagrante tentativa de limitar a autonomia*
21 *municipal, atribuindo a uma entidade reguladora poderes de definição de políticas*
22 *tarifárias municipais que poderão contrariar a vontade expressa por órgãos*
23 *democraticamente eleitos pelas respetivas populações, ou seja, dotados de uma*
24 *legitimidade democrática que não se reconhece, pela sua própria natureza, a uma*
25 *entidade reguladora.*

26 *Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 27 de setembro de 2024,*
27 *delibera:*

28 *1. Manifestar a sua posição de princípio de que a ERSAR não é a entidade adequada à*
29 *imposição e diferenciação de tarifas, considerando que estas devem ser ajustadas à*
30 *realidade económica e social de cada território, numa lógica de serviço público e não*
31 *numa lógica puramente económico-financeira, sob pena de conduzir à elevação das*
32 *tarifas para níveis socialmente inoportáveis;*

33 *2. Reafirmar a necessidade de assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos*
34 *sistemas de água, saneamento e resíduos e que tal não se consegue apenas pela via*
35 *tarifária, mas também por mecanismos de solidariedade regional e de combate às*
36 *assimetrias, entre outros;*

37 *3. Reafirmar o compromisso de defesa do princípio constitucional da autonomia do*
38 *Poder Local Democrático, com a perspetiva de que ao direito das populações ao*
39 *abastecimento de água, ao saneamento de águas residuais e à gestão de resíduos sólidos*
40 *urbanos devem corresponder serviços públicos sustentáveis no plano económico e*
41 *financeiro, mas também social;*

42 *4. Manifestar a sua oposição a uma lógica de regulação que coloca o seu foco quase em*
43 *exclusivo na questão tarifária, aparentemente secundarizando as matérias relacionadas*
44 *com a qualidade do serviço prestado, com a sustentabilidade económica, social e*
45 *ambiental dos sistemas de águas, saneamento e resíduos, com a adoção de estratégias*
46 *de inovação para cada um destes setores ou com a garantia da acessibilidade de todas/os*
47 *as/os cidadãos/cidadãs a estes serviços públicos essenciais.*

48 *5. Dar conhecimento da presente Moção a:*

49 *- Sua Excelência, o Presidente da República*

50 *- Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República*

51 *- Sua Excelência, o Primeiro-Ministro*

- 1 - *Grupos Parlamentares da Assembleia da República*
- 2 - *Associação Nacional de Municípios Portugueses*
- 3 - *Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos*
- 4 - *Câmara Municipal de Évora*
- 5 - *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.*”

6
7 **O deputado Francisco Figueira** disse que aquela Moção mostrava, de facto, a falta de
8 rigor com que a CDU tinha decidido passar a fazer política e que estava ali perfeitamente
9 plasmada, sendo que aquela Moção não era sobre nenhum decreto-lei, era sobre um
10 comunicado do Conselho de Ministros, porque o decreto-lei relativo àquela questão do
11 tarifário da água e sobre as competências da ERSAR estava em processo legislativo pelo
12 que houve a consulta à Associação Nacional de Municípios, e, por uma questão
13 ideológica, a CDU tinha decidido, de forma transversal, no país avançar com aquela
14 questão, mas o que dizia o comunicado do Conselho de Ministros era que se pretendia
15 repor as competências que a ERSAR tinha antes de 2020, que correspondiam ao Governo
16 que tinham apoiado durante 4 anos e que, nessa altura, a ERSAR tinha as competências
17 para definir o tarifário da água e atuar como entidade regulatória.

18 Sobre dizerem que havia um ataque ao Poder Local e que o Governo da República não
19 tinha legitimidade democrática para tomar aquele tipo de decisões, considerou que era
20 uma afirmação que falava, de facto, por si e que não pretendia comentar, mas que iam
21 tendo sempre surpresas relativamente à CDU que, ao fim de 4000 dias de gestão do
22 Município, estava preocupada com a qualidade do serviço e com a sustentabilidade
23 económica da questão da água, quando era sabido e conhecido o desleixo que se
24 verificava, já ali assumido por outras palavras, na falta até de cobrança de água e nos
25 problemas que houve na Tesouraria da Câmara.

26 Relativamente ao Governo da República legitimamente pretender introduzir regras de
27 proteção dos consumidores, de qualidade do serviço e garantia da sustentabilidade
28 económica, equitativamente justas, a todas as faixas do território, a CDU opunha-se com
29 um manifesto ideológico e quanto à gestão das questões da água obviamente não se
30 podiam rever porque tinham de estar ao lado dos consumidores, da qualidade do serviço
31 e da sustentabilidade económica da água que era um bem essencial e público.

32
33 **O Presidente da Câmara** observou que já se começavam a habituar àquele tipo de
34 intervenções do PSD que não seguia, de facto, aquilo que era a tradição do mesmo e que
35 agora aparecia com uma nova tradição, agressiva e distorcida daquilo que eram as
36 posições das outras forças políticas.

37
38 Esclareceu que o que estava em causa, em primeiro lugar, era um problema constitucional
39 da autonomia do Poder Local e a questão que se colocava era, exatamente, o determinar
40 as tarifas e outro tipo de preços e de taxas, ser um poder que estava atribuído aos
41 Municípios e, portanto, a tentativa de retirarem aquele poder e aquela autonomia aos
42 Municípios era gravíssima, pelo que percebendo o que o PSD pretendia, que era
43 perfeitamente ideológico, no sentido de prepararem o sistema, engordarem o porco para
44 depois o concessionarem, primeiro às Águas de Portugal e depois aos privados, que era
45 um objetivo fundamental que vinha desde há muitos anos e, portanto, o que se pretendia
46 era que agora a ERSAR passasse a determinar quais eram as tarifas da água no Concelho
47 de Évora, e nos outros Concelhos todos, o que era absolutamente inaceitável.

48
49 Lembrou que quando chegaram, em 2013, havia uma proposta da ERSAR, que eram
50 obrigados a seguir, por causa do PAEL, que foi negociada com o Presidente da ERSAR
51 para não o fazerem porque previa o aumento de 40% ao ano, durante 5 anos, para as

1 tarifas da água, portanto, estavam a falar em tentarem garantir a cobertura de custos de
2 água através dos tarifários, que afetavam diretamente as pessoas e os consumidores e
3 disse que aquela pretensão do Governo não era para melhorar, mas para agravar a situação
4 do acesso à água, como no acesso a outras situações, e, por isso, a Associação Nacional
5 de Municípios já tinha tomado uma posição sobre aquela matéria porque não poderia ser
6 uma entidade reguladora a determinar quais eram os preços, porque era tudo menos aquilo
7 que defendiam, o mercado liberal que resolveria tudo e mais alguma coisa.

8
9 **O deputado Francisco Figueira** disse que o PSD mostrava a sua alternativa ao marasmo
10 que se verificava no Concelho e fez notar à cidade que não tinha havido ninguém que
11 tivesse ajudado tanto a especulação imobiliária e a todos os níveis, como a atual minoria
12 que presidia a Câmara, bastando olhar para todo o tipo de serviços que eram
13 presentemente prestados à população da cidade e para a rarefação a que conduziram a
14 oferta pública no Concelho, para se verificar que não havia ninguém mais especulador e
15 mais amigo dos privados e da especulação privada do que a minoria da CDU.

16
17 **O Presidente da Câmara** disse que percebia que o deputado Francisco Figueira olhasse
18 para o espelho e se revisse, mas não era aquela a posição da CDU.

19
20 **O deputado Francisco Figueira** disse que olhava para o espelho com toda a frontalidade
21 sem nenhum preconceito, mas o senhor Presidente infelizmente recusava-se a olhar para
22 a cidade e quando olhava para ela criava uma narrativa que não correspondia àquilo que
23 era a vivência dos eborenses, que já lhe tinha dito que não tinha nenhuma dúvida que
24 tinha boa intenção e que dava o seu melhor, mas o problema era que o seu melhor não
25 era suficiente para aquilo que a cidade precisava, era só aquela a questão, sem nada de
26 pessoal, porque estavam todos ali para ajudar os eborenses e o que os deveria focar eram
27 os resultados da sua governação e não a forma habilidosa com que pretendia contornar as
28 questões.

29
30 **O Presidente da Câmara** expressou que se havia coisa que o distinguia era a sua calma,
31 aliás, calma exagerada muitas vezes em que não reagia a provocações ou a questões
32 daquele género, tentando manter aquela situação e, em seu abono, considerou ser bem
33 clara para todos.

34
35 Constatou que, naturalmente, tinham visões diferentes sobre a questão da cidade e que
36 sabiam que tinham problemas, sendo um deles as questões da limpeza, mas que estava
37 disponível para discutirem um conjunto de outras questões, como os dados económicos,
38 os dados sobre os investimentos no património, entre outros, tal como iriam discutir ali a
39 questão que tinha a ver com o trabalho desenvolvido para a conquista da Capital Europeia
40 da Cultura e por isso, acreditava que estavam no bom caminho, relativamente ao que
41 propunham em termos de estratégia de desenvolvimento.

42
43 **O deputado Francisco Brito** referiu que se tinha ali falado de ideologia e novamente do
44 exemplo da limpeza e bastava verem realmente qual tinha sido o caminho escolhido pela
45 CDU que, ao invés de negociar com Juntas de Freguesia, como andavam a prometer há 3
46 anos, contrataram uma empresa privada para fazer aquele serviço por 700 mil euros,
47 portanto, tinha sido uma escolha que talvez não fosse a mais espectável pela ideologia
48 que representa, mas tinha sido o caminho escolhido.

49
50 **O Presidente da Câmara** esclareceu que tinha sido o reforço da Unidade de Higiene e
51 Limpeza Pública e lembrou que tinham proposto a constituição de uma Divisão para

1 aquela área, mas que a Assembleia Municipal, no seu saber perfeito, tinha entendido que
2 não se deveria constituir aquela Divisão da Câmara e chamaram-lhe Departamento,
3 infelizmente não era Departamento, queriam que fosse, mas não era por opção tomada na
4 altura na Assembleia Municipal e disse que reforçaram, fizeram investimentos, etc., e
5 também complementaram com a aquisição de serviços que estavam sob a égide e a
6 direção da Unidade de Higiene e Limpeza Pública, portanto cumprindo aquilo que foram
7 os compromissos.

8
9 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
10 submeteu a presente Moção a votação.

11
12 **Deliberação da Moção Defender a Autonomia do Poder Local Rejeitar a Imposição**
13 **de Tarifas da Água pela ERSAR:**

14 **Aprovado por maioria** com 27 votos a favor, 13 do PS, 8 da CDU, 3 do MCE, 1 BE, 1
15 do MMPI e 1 do MICAZA e 6 votos contra, 5 da Coligação Mudar com Confiança e 1
16 do Chega, verificando-se 33 presenças.

17
18 **Declaração de Voto do deputado Natanael Vinha**

19 *“Votei a favor desta Moção considerando a defesa do poder e autonomia locais. A água*
20 *é um direito humano e sem prejuízo da sua correta e necessária gestão uma*
21 *responsabilidade autárquica que investe os seus recursos conforme entende ser a*
22 *prioridade, neste caso a água. Eu sei quais são as prioridades do PSD e as da CDU na*
23 *matéria da água e onde devo estar posicionado ainda que não concorde necessariamente*
24 *em tudo, seja com uns seja com outros.”*

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
27 apresentação do Voto de Louvor ao atleta Vasco Lopes, ao Clube Stone Boys e ao
28 treinador Manuel Pacheco.

29
30 **O deputado Luís Pardal** procedeu à leitura do Voto de Louvor ao atleta Vasco Lopes,
31 ao Clube Stone Boys e ao treinador Manuel Pacheco, a qual se transcreve na íntegra:

32 *“No mês de setembro de 2024, o jovem atleta Vasco Lopes, natural de Évora e membro*
33 *do Clube Stone Boys, alcançou um feito notável ao conquistar a medalha de prata no*
34 *Campeonato Mundial de Muay Thai da IFMA (International Federation of Muaythai*
35 *Associations), realizado em Bangkok, Tailândia. Esta distinção projeta Évora e Portugal*
36 *a nível internacional, demonstrando o talento e a dedicação do atleta.*

37 *Com apenas 15 anos e na sua estreia internacional, Vasco Lopes impressionou ao vencer*
38 *atletas de países como os Emirados Árabes, Austrália e Estónia, chegando a final frente*
39 *à Rússia. Ao longo de uma semana intensa de competição, Vasco demonstrou uma*
40 *determinação exemplar, consagrando-se vice-campeão mundial.*

41 *Este sucesso desportivo reflete não só o talento individual de Vasco Lopes, mas também*
42 *o papel central do Clube Stone Boys na formação de atletas de excelência, bem como a*
43 *orientação técnica e o apoio contínuo do seu treinador, Manuel Pacheco, que tem sido*
44 *um membro chave no desenvolvimento e conquistas do clube.*

45 *Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida a 27 de setembro de 2024, propõe este*
46 *Voto de Louvor, enaltecendo o atleta Vasco Lopes, o Clube Stone Boys e o treinador*
47 *Manuel Pacheco, reconhecendo as qualidades individuais do atleta e o trabalho coletivo*
48 *do clube.”*

49
50 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
51 submeteu o presente Voto de Louvor a votação.

1
2 **Deliberação do Voto de Louvor ao atleta Vasco Lopes, ao Clube Stone Boys e ao**
3 **treinador Manuel Pacheco:**

4 **Aprovado por maioria**, com 32 votos a favor, 13 do PS, 8 da CDU, 5 da Coligação
5 Mudar com Confiança, 3 do MCE, 1 BE, 1 do MICAZA e 1 do Chega e 1 abstenção do
6 MMPI, verificando-se 33 presenças.

7
8 **Declaração de Voto do MMPI**

9 *“Sendo coerente com aquilo que defendo já votei este ponto no primeiro, pelo Chega, e*
10 *neste abstive-me não estando em causa o atleta, mas sim o ponto repetido.”*

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da Coligação Mudar com
13 Confiança que procedesse à apresentação da Saudação ao 10º Aniversário da Declaração
14 do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade.

15
16 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura da Saudação ao 10º Aniversário da
17 declaração do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade, a
18 qual se transcreve na íntegra:

19 *“A 27 de Novembro de 2014, o Povo do Alentejo viveu um dia ímpar de reconhecimento*
20 *e afirmação internacional da sua vivência cultural secular, tendo a UNESCO declarado*
21 *o Cante Alentejano, Património Cultural Imaterial da Humanidade.*

22 *A Assembleia Municipal de Évora evoca e saúda a passagem do 10º Aniversário da*
23 *declaração do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade,*
24 *saudando todos quantos, ao longo de gerações o preservaram, e hoje o mantém vivo*
25 *como manifestação cultural profunda do percurso histórico e da identidade do Povo do*
26 *Alentejo.*

27 *A Assembleia Municipal de Évora, recomenda à Câmara Municipal de Évora que para*
28 *assinalar esta efeméride, seja edificado em local público de destaque um monumento*
29 *evocativo do cante alentejano, como forma de homenagem a esta manifestação cultural.”*

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
32 submeteu a presente Saudação a votação.

33 **Deliberação da Saudação ao 10º Aniversário da Declaração do Cante Alentejano**
34 **como Património Cultural Imaterial da Humanidade:**

35 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

38
39 **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

40
41 **1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem**
42 **como a situação financeira do mesmo** -- Para conhecimento.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

45
46 **O Presidente da Câmara Municipal** lembrou que, como era habitual, tinha sido
47 distribuída a informação desenvolvida a todos, mas que pretendia fazer alguns destaques
48 e transmitir algumas informações que, entretanto, tinham surgido.

49 Começou por destacar a inauguração do Salão Central Eborense, com a recuperação e
50 reconstrução de uma sala que era icónica para Évora e que tinha sido devolvida à cidade,

1 cuja programação estava, sobretudo, apontada para os agentes locais, como se poderia
2 comprovar na mesma, até ao final do presente ano.

3 Informou que tinha tido uma reunião com o Senhor Ministro da Coesão Territorial para
4 lhe colocar várias questões, nomeadamente sobre o novo Hospital Central do Alentejo e
5 sobre o défice significativo que tinham na Transferência de Competências na Área da
6 Educação. Considerou que tinha sido uma reunião muito produtiva em que o Senhor
7 Ministro tinha ficado de analisar aquelas questões, para responder posteriormente.

8
9 Sobre o ponto de situação do novo Hospital Central do Alentejo, para além de ter sido,
10 de facto, apontada uma data posterior, informou que tinha tido uma reunião para tratar da
11 questão das acessibilidades, que não eram da responsabilidade da Câmara e da questão
12 da energia ao Hospital, porque não estava ainda nada tratado, portanto, transmitiu aquelas
13 preocupações, que certamente teriam de ser analisadas por quem de direito, uma vez que
14 o Hospital sem energia elétrica não poderia funcionar.

15
16 Relativamente a Évora 2027 realçou que a Equipa de Missão continuava a fazer o seu
17 trabalho e, sobre um conjunto de eventuais atrasos que ali tinham sido colocados, disse
18 que naquilo que dependia da Câmara e da Equipa de Missão, tal não tinha acontecido,
19 porque tinham sido concretizadas várias Assembleias Gerais da Associação para garantir
20 o seu funcionamento. Afirmou que existia uma proposta para a criação de uma comissão
21 de vencimentos para apresentação na Assembleia Geral, relativamente aos vencimentos
22 da Direção e que, na Assembleia Geral, onde aprovaram as orientações relativamente às
23 remunerações, não aprovaram as que a comissão de vencimentos tinha proposto.
24 Informou que na véspera tinha tido a informação de que a Dra. Maria do Céu Ramos tinha
25 aceite ser Presidente da Associação Évora 2027 e, portanto, estavam a tratar com o
26 Ministério da Cultura o despacho que procedia à sua nomeação.

27
28 Recordou que havia dois elementos que estavam propostos no Bid Book, para Concurso
29 Público Internacional, e outros dois por nomeação na Assembleia Geral da Associação e
30 que aquelas questões seriam abordadas na próxima Assembleia Geral, esperando que
31 fossem encontradas as soluções adequadas para que a Associação pudesse, finalmente,
32 começar a funcionar, o que implicava, para além da Presidente, pelo menos mais um
33 diretor aprovado.

34
35 Salientou a reunião do Conselho Municipal de Segurança, em que foram abordadas as
36 questões de segurança no Município, sobretudo as que mais os preocupavam, ouviram a
37 informação da PSP e da GNR sobre aquelas matérias, e transmitiram a necessidade de
38 uma intervenção da PSP na área da Malagueira, onde têm tido alguns problemas, tendo o
39 senhor Presidente da Junta também exposto as suas preocupações.

40
41 Na área da Economia assinalou quatro situações que lhe pareceram importantes para o
42 desenvolvimento de Évora, a inauguração da nova sede da Caixa de Crédito Agrícola, do
43 Alentejo Central, com uma maior abrangência, a inauguração da terceira fase dos
44 edifícios do Parque Alentejo de Ciência e Tecnologia, com um conjunto significativo de
45 empresas e de postos de trabalho, a recente abertura do novo Hotel Holiday In junto, à
46 Porta de Aviz, e a inauguração da segunda fase do Royal Prime, com mais 220 residências
47 universitárias.

48
49 Realçou, ainda, os 60 anos das Piscinas Municipais e a inauguração da Ecopista Évora-
50 Reguengos, no âmbito da Rota do Montado, em colaboração com a CIMAC.

51

1 **O deputado Francisco Brito**, em relação à inauguração do Salão Central, que considerou
2 um facto positivo, disse que gostariam de saber quais tinham sido os critérios que levaram
3 à escolha daquele Arquiteto, de um atelier que não era reconhecido por aquele tipo de
4 obras, que não conheciam nenhum concurso público que tivesse sido aberto para aquela
5 concessão e também que o facto do arquiteto ser militante do PCP não tivesse sido um
6 critério de escolha. Gostariam, também, de saber se já tinham encontrado o responsável
7 por aqueles 3 anos de atraso de abertura do Salão Central, porque em 2021 a obra já estava
8 pronta e só abriu em 2024, naturalmente haveria responsáveis e tinham que ser apuradas
9 aquelas questões, portanto, perguntou se já tinham conseguido aquela informação.

10 Relativamente ao estacionamento do Centro Histórico, que tinha sofrido algumas
11 alterações, têm-lhes chegado várias queixas de constrangimentos, embora aquelas
12 alterações privilegiassem os moradores e fossem de base positivas, porque os moradores
13 do Centro Histórico careciam de estacionamentos disponíveis, também não podiam
14 ignorar as instituições localizadas no Centro Histórico que precisavam de ter algum
15 estacionamento; questões que já tinham transmitido à Câmara Municipal, mas que ainda
16 não tinham obtido respostas.

17 Referiu que as entidades e os comerciantes se queixaram por não terem sido ouvidos, nem
18 a Junta de Freguesia tinha sido consultada, e que só foram informados no dia 19 de
19 setembro das alterações que iriam entrar em vigor no dia 20, pelo que considerou que
20 aquele não deveria ser o procedimento e que tinha sido, efetivamente, uma má opção da
21 gestão CDU.

22 Questionou o Senhor Presidente se o plano de austeridade, que estava em vigor, suspendia
23 a iluminação cénica de monumentos, que era um processo que já tinham falado há muito
24 tempo, porque ajudava a mostrar o património, especificamente no percurso em torno da
25 muralha que as pessoas que utilizavam para passear ou para caminhadas, precisando de
26 sentir alguma segurança, onde, de facto, a iluminação ajudava.

27 Em relação ao muro da Travessa da Palmeira, disse que já tinham alertado para aquela
28 situação de risco há vários meses e que não poderia continuar precisando de uma
29 consolidação, portanto, perguntou como estava aquela situação.

30 Pretendeu saber, ainda, o ponto de situação relativamente à circulação na zona da Rua
31 dos Mercadores, em que tinha havido uma sugestão feita à Câmara Municipal por um
32 morador, já há bastante tempo, dirigida ao Senhor Vereador Alexandre Varela porque até
33 àquele momento não conheciam a posição do Município.

34 Em relação aos serviços municipais, disse que tinham tido conhecimento de que nos
35 estaleiros da Câmara Municipal existia a disponibilização de bebidas alcoólicas para os
36 funcionários, em horário laboral, que até tinha existido uma máquina dispensadora de
37 cerveja que, entretanto, tinha sido retirada, portanto, perguntou se aquela informação era
38 verdadeira, o que se passava e o que o município estava a fazer naquele sentido.

39 Relativamente ainda ao Plano de Limpeza referiu que a Câmara Municipal tinha apelado
40 aos cidadãos para ajudarem nas diferentes tarefas de limpeza e questionou,
41 especificamente em relação às ervas, se a Câmara Municipal iria disponibilizar foices
42 para as pessoas poderem efetivamente cortar as ervas ou se tinham que recorrer a material
43 comprado pelas próprias.

44

45 **A deputada Cristina Mata** disse que tinha conhecimento de que chovia dentro do
46 edifício da Câmara Municipal de Évora, por falta da cobertura, e que gostava de saber
47 quando chegavam as telhas fotovoltaicas e quando pensavam concluir a cobertura
48 referida.

49

50 **O deputado Ananias Quintano** sobre a limpeza, quer dos monos quer de outro tipo,
51 disse que naquela matéria a sua Freguesia era igual às outras só que era maior e, portanto,

1 a lixeira também era maior, mas que não iria ali colocar nenhuma questão, iria apresentar
2 alguns factos e o primeiro, que o atormentava há muito tempo desde que era Presidente
3 de Junta, era a desilusão porque desde o início do seu mandato que lhe eram solicitadas,
4 anualmente, propostas de medidas para integrar o Plano e Orçamento da Câmara
5 Municipal, mas até agora sem qualquer resultado, referente às medidas que tinham
6 proposto. Prossegue referindo a desilusão porque continuavam a saber das intervenções
7 da Câmara na sua Freguesia, nomeadamente em Escolas e Associações, através do jornal
8 ou das próprias Associações e das Coordenadores das Escolas, desilusão porque no início
9 do mandato saía das reuniões com a Autarquia com algumas expectativas que,
10 infelizmente, se foram diluindo ao longo do tempo chegando ao ponto de, presentemente,
11 não acreditar no que ouvia naquelas reuniões. Revelou-se, ainda, indignado pelo facto de
12 no comunicado, divulgado pela Autarquia, “culpar” os munícipes pela questão da falta de
13 limpeza na cidade, afirmando que embora sabendo que alguns Municípios poderiam fazer
14 muito melhor, era da competência da Câmara resolver aquela questão, e pelo facto de
15 parecer que só agora a Câmara tinha percebido que existiam Juntas de Freguesia, tendo
16 muitas vezes proposto que se iniciasse uma experiência piloto sobre a limpeza, a
17 colaboração para a requalificação de parques infantis da Câmara, que eram cinco e
18 nenhum em condições de ser utilizado, tendo ficado de assinar um protocolo que até agora
19 não aconteceu.

20 Referiu que eram apenas alguns pequenos exemplos que demonstravam o virar de costas
21 da Câmara Municipal às Freguesias e aos Municípios, que, na sua opinião, o Executivo
22 Municipal estava a prestar um mau serviço a todos, por isso considerou que deveria
23 assumir as suas responsabilidades, reconhecendo os seus erros e não empurrando
24 sistematicamente para outros porque não eram os outros que governavam a cidade, era o
25 Senhor Presidente e a sua equipa.

26
27 **O deputado Hermógenes Ribeiro** começou por saudar, em nome do Bloco de Esquerda,
28 o apoio da Câmara Municipal para a realização da segunda edição do Évora Pride, bem
29 como o hastear da bandeira do arco-íris no Palácio de D. Manuel.

30 Relativamente ao Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas, sabendo que
31 no Alentejo Central e em Évora existia um número significativo de famílias daquela
32 comunidade, sem habitação, mas com crianças a frequentar escolas no Concelho, muitas
33 com problemas de saúde, e que estavam condenadas à itinerância forçada, o Bloco de
34 Esquerda gostaria que a ação da Câmara Municipal não se limitasse à sua caracterização
35 e monitorização dos locais de acampamento, que, de facto se traduziam na maioria das
36 vezes em expulsão daquelas famílias, mas em ações concretas para que fossem
37 encontradas soluções adequadas para a integração daquelas famílias na comunidade.

38 Sobre o Programa Laços para a Vida, disse que gostariam que a Câmara desenvolvesse
39 mais ações de vocação e sensibilização para que as pessoas com disponibilidade
40 aceitassem partilhar as suas casas com jovens, sabendo das dificuldades que os
41 estudantes, que vinham para a Universidade, tinham em encontrar alojamento e o preço
42 dos alojamentos, muitos sem condições e sem emissão de recibo, e que determinava o
43 abandono de alguns estudantes, não deixando de mencionar que a oferta da residência
44 universitária, recentemente inaugurada com a presença do senhor Presidente da Câmara,
45 constituiu uma solução apenas para poucos estudantes cujas famílias tinham
46 possibilidades financeiras para pagar os elevadíssimos preços cobrados e que não
47 constituía, de facto, uma solução para a generalidade dos estudantes.

48 Em relação à mudança para a modernização e a melhor prestação de serviço público
49 referiu que, em primeiro lugar, tinham de ter trabalhadores mobilizados e tecnicamente
50 preparados para a sua função pelo que a formação, não apenas dos quadros, mas de todos
51 os trabalhadores, era fundamental e quanto à valorização e formação dos trabalhadores

1 do Município constataram que foram administradas cinco ações de formação a seis
2 trabalhadores, o que no universo 1.269 trabalhadores era absolutamente insignificante,
3 pelo que era um ponto que a Câmara Municipal deveria verificar.
4

5 **O deputado José Piteira** mencionou não ter ouvido, na intervenção do Senhor Presidente
6 da Câmara, o assunto das extensões de saúde que estavam para ser construídas ao abrigo
7 do PRR até 2026 e questionou se iria aguardar pela conclusão dos seis projetos ou se iria
8 reparti-los para que fosse mais fácil a sua conclusão dentro do prazo.

9 Sobre o cadastro das estradas recordou que têm na Freguesia de Nossa Senhora de
10 Machede duas que eram fundamentais, e até para que fossem mais tarde municipalizadas,
11 referindo-se à da Coberta e, principalmente, à que se liga a São Miguel de Machede, onde
12 passavam os Caminhos de Santiago, tendo informado que tinha conhecimento da intenção
13 de proprietários em fechar aquela estrada, pelo que solicitou que a Câmara pudesse ver
14 qual era o ponto da situação e se podiam mesmo fechar aquela estrada, que passava pelo
15 Monte da Sousa e que ia de Nossa Senhora de Machede a São Miguel Machede.

16
17 **O deputado Luís Pardal** relatou que o Senhor Vereador tinha participado, naquele
18 mesmo dia, numa cerimónia de lançamento de uma estrutura de ferro, na Escola de Santa
19 Clara, para recolha de tampinhas solidárias e havia uma publicação no Portal Institucional
20 da Câmara Municipal com o seguinte parágrafo “o Vereador da Educação Alexandre
21 Varela também elogiou esta ideia considerando a possibilidade de a concretizar noutras
22 Escolas do Concelho assim como em espaços públicos” e expôs que a Junta de Freguesia,
23 desde dezembro do ano passado, tinha duas estruturas construídas e realizado contactos
24 e enviado várias comunicações para a Câmara Municipal a pedir autorização para a sua
25 colocação no espaço público e, até àquele momento, não tinha tido resposta pelo que
26 perguntou se poderiam colocar, na próxima semana, aquelas duas estruturas.

27 Sobre a Estrada Nacional 18, na construção da nova linha ferroviária tinha sido efetuada
28 uma passagem superior, o chamado ponto negro, referindo que a iluminação daquele
29 troço já tinha estado ligada, algures no tempo, mas que estava desligada há várias meses,
30 pelo que perguntou se confirmava que haveria um diferendo entre a Câmara Municipal e
31 a IP sobre quem deveria custear o valor daquela iluminação.

32 Relativamente ao trágico atropelamento na Estrada da Chainha, reiterou as propostas
33 sucessivas da Junta de Freguesia para, em algumas estradas e caminhos municipais
34 identificados e conhecidos propícios a maior velocidade, a instalação de bandas redutoras
35 de velocidade, aprovadas pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

36 Acerca da Rua Dr. Manuel Carvalho Muniz relembrou a situação do imóvel que estava,
37 há bastantes anos, a afunilar aquela Rua e que era um perigo para a segurança rodoviária,
38 e como o Senhor Presidente já tinha encetado alguma conversa com o proprietário que
39 não se mostrou disponível, perguntou se a Câmara Municipal estaria disponível para
40 classificar aquele imóvel como de interesse Municipal e se era ou não viável.

41 Em relação aos acampamentos ilegais informou que se estavam a consolidar cada vez
42 mais junto ao Bairro São José da Ponte e à Escola Conde Vilalva e que a situação na
43 Quinta do Estoril se estava a agravar, pelo que tinha de haver alguma intervenção, embora
44 soubesse que era difícil, mas era importante que houvesse um diálogo para se concretizar
45 uma resolução para aqueles assuntos, sobretudo o da Quinta do Estoril, que era muito
46 preocupante.

47
48 **O deputado Francisco Figueira** considerou que seria útil o Senhor Presidente fazer um
49 ponto de situação sobre a Tesouraria da Câmara, face à informação que tinha prestado
50 anteriormente, da eminente rotura e da dificuldade de Tesouraria que a Câmara verificava,
51 portanto, que informasse a Assembleia.

1 Relativamente ao empréstimo que a Assembleia tinha aprovado em 15 de dezembro de
2 2023, para um conjunto de obras, já tinham passado cerca de 10 meses e seria útil que o
3 senhor Presidente fizesse um ponto de situação à Assembleia, relativamente ao curso
4 daquele conjunto de obras, que se tinha proposto fazer com o empréstimo.

5
6 **O deputado Paulo Ribeiro** manifestou, uma vez mais, a preocupação da sua bancada
7 face ao crescente trânsito rodoviário, ou seja, o Movimento Cuidar de Évora, ao longo do
8 mandato, foi expondo as suas preocupações sobre aquilo que era notório, nomeadamente
9 a exaustão das vias rodoviárias.

10 Referiu que estava a decorrer a obra no Rossio e que era inerente o transtorno causado
11 pela mesma, portanto, exortou que se tomassem algumas medidas, ou repensassem a
12 mobilidade, por forma a mitigar aqueles transtornos, porque havia, de facto, um
13 sentimento que estava a grassar na sociedade, que se prendia com o importar de más
14 práticas e o deteriorar da qualidade de vida, aproximando-se, em certa medida, de
15 algumas cidades, designadamente Lisboa e Porto.

16 Ainda sobre o Plano de Mobilidade recordou que todos sabiam que o incremento do
17 turismo traria alguns desafios e, portanto, questionou se existia algum estacionamento
18 oficial, digamos assim, que permitisse resolver as situações anárquicas de estacionamento
19 dos autocarros de turismo que o fazem o mais perto possível do Centro Histórico, de
20 forma a promover as visitas.

21 Mencionou terem verificado que já tinham sido colocados, no Centro Histórico, alguns
22 paquímetros novos, no entanto, ainda foram deixados os antigos, pelo que perguntou se
23 já existia uma calendarização por forma a recolherem os equipamentos antigos.

24
25 **A deputada Elmina Lopes** começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara
26 por, finalmente, ter sido inaugurado o Salão Central, o que considerou ser uma peça de
27 grande valor para a cidade.

28 Expressou a sua preocupação ao nível da tesouraria, mas disse que sabiam que a Câmara
29 iria receber o dinheiro que tinha adiantado para os funcionários das Delegações de
30 Competências receberem o subsídio de Férias e o de Natal, portanto, perguntou se a
31 Câmara já tinha sido recebido aquele dinheiro porque certamente evitaria empréstimos de
32 curto prazo para resolver problemas de tesouraria, realçando que as competências tinham
33 sido transferidas, mas depois o dinheiro para pagar às pessoas não era transferido na
34 totalidade, era só uma parte, pelo que considerou que tinha que ser clarificado que
35 estavam a receber as Competências e não estavam a receber o dinheiro, para os respetivos
36 encargos.

37
38 **A deputada Florinda Russo** colocou a questão, novamente, em relação à obra da água e
39 se já tinha mais alguma informação sobre o início da mesma que, supostamente, era para
40 ser ainda neste ano.

41
42 **A deputada Paula Pita**, sobre a questão da reabilitação das habitações em Évora, disse
43 que estava escrito que o Presidente da Câmara e o Ministro Adjunto da Coesão Territorial,
44 das Infraestruturas e Habitação tinham aprovado duas candidaturas da Habévora, no
45 âmbito do Programa Construir Portugal Nova Estratégia para a Habitação, no valor de 7
46 milhões de euros, para reabilitar 64 fogos no Bairro General Humberto Delgado e 3 fogos
47 no Bairro da Malagueira, portanto, aquelas candidaturas já estavam aprovadas.

48 Relativamente ao Programa 1º direito, que já tinha 245 candidaturas elegíveis, tinha sido
49 integrado no PRR e visava apoiar a promoção de habitações para pessoas que viviam em
50 condições habitacionais indignas e que não dispunham de capacidade financeira para
51 suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. Acrescenta que se sabe que a

1 Câmara Municipal de Évora submeteu cerca de 400 candidaturas, até 31 de março de
2 2024, e o que gostariam de saber era o ponto de situação, naquele momento, relativamente
3 às restantes candidaturas que já foram submetidas, tendo em conta que já tinham passado
4 6 meses, e que as pessoas aguardavam para fazer obras.

5 Em relação à Escola de Santa Clara, disse saber que estavam a fazer uma intervenção
6 arqueológica na qual já foram encontrados bastantes vestígios, questionando se aquela
7 situação iria atrasar a obra.

8
9 **O Presidente da Câmara Municipal**, em relação ao Salão Central, disse que foi um
10 concurso normal, que não costumavam pedir o cartão da pessoa, que felizmente têm tido
11 muitas empresas e muitos arquitetos a trabalhar com eles e, portanto, era estranho que se
12 referisse aquele arquiteto em particular.

13
14 Quanto ao responsável pelo atraso da abertura do Salão Central lembrou que estava mais
15 do que identificado e já o tinha ali dito que foi a E-REDES que não tinha construído,
16 atempadamente, o posto de transformação, portanto, era conhecido e não valia a pena
17 colocarem mais questões sobre o assunto.

18
19 Relativamente às alterações no estacionamento do Centro Histórico referiu que foram
20 abordadas quando se tratou do processo para a substituição dos parquímetros e, portanto,
21 admitiu que, de facto, tivesse havido agora pouco informação sobre aquela matéria.

22
23 Sobre a iluminação informou que tinham uma proposta e preparavam uma candidatura
24 para um aviso, que tinha saído recentemente, para o plano de iluminação à volta da
25 muralha e, portanto, calculava que poderia avançar rapidamente.

26
27 Acerca do muro da Travessa da Palmeira esclareceu que já tinha havido uma intervenção,
28 mas que o responsável era o proprietário, estando a Câmara a acompanhar, porque seria
29 ele a fazer a intervenção global que o obrigava a realizar um corte significativo no muro
30 e sobre a Rua dos Mercadores confessou não conhecer aquela proposta, pelo que iria
31 verificar.

32
33 Em relação à questão da disponibilização de bebidas alcoólicas aos funcionários
34 confirmou que, de facto, ocorria no antigo refeitório do Parque de Materiais, mas quando
35 alteraram aquele refeitório eliminaram essa situação.

36
37 Quanto ao Plano de Limpeza salientou e saudou os cidadãos que, no Bairro de Almeirim,
38 no Bairro da Câmara e num conjunto de outros bairros, tomaram a iniciativa de ajudar a
39 Câmara a resolver o problema das ervas, aliás como era hábito fazer-se há muitos anos.

40
41 Relativamente à questão da cobertura dos Paços do Concelho, afirmou que a cobertura
42 do telhado já estava colocada, incluindo as telhas fotovoltaicas, mas que faltavam, de
43 facto, os vidros fotovoltaicos no lanternim, na claraboia, e que esperavam que durante o
44 mês de outubro ou novembro ficasse resolvida.

45
46 Sobre as questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Malagueira,
47 registou a situação e disse que, em relação aos parques infantis, não concordava com o
48 que tinha sido dito porque não tinha sido o combinado e que estavam a cumprir o que,
49 efetivamente, tinha sido combinado e, portanto, não percebia aquela questão até porque
50 tinha por hábito assumir as responsabilidades.

51

1 Em relação ao reforço do Plano de Higiene e Limpeza esclarecer que, na comunicação
2 que fizeram, o que estava escrito era que responsabilizavam alguns cidadãos e
3 consideravam que a maioria dos cidadãos tinha um comportamento positivo, portanto,
4 não deveria distorcer-se aquilo que tinham dito, uma vez que estava escrito e não estaria
5 a alterar nada naquele momento.
6

7 Quanto à questão das comunidades ciganas, que já ali tinha abordado várias vezes, informou
8 que não tinham havido alterações substanciais em relação ao que tinham proposto.
9

10 Acerca do Programa Laços para a Vida referiu que procuravam, também, mais opções
11 porque tinham a consciência de que aquelas residências inauguradas respondiam a um
12 determinado nível de alunos e capacidade, mas estavam a dar resposta e estavam cheias,
13 pelo que precisavam de outro tipo de resposta, nomeadamente em que a área social
14 pudesse avançar.
15

16 Sobre o plano de formação para os trabalhadores das autarquias informou que tinham um
17 plano anual que estava a ser cumprido e que, habitualmente, depois recebiam um relatório
18 da sua execução.
19

20 Relativamente às extensões de saúde disse que a ideia era lançarem sucessivamente, que
21 naquele momento estavam, praticamente, concluídas três delas e, portanto, à medida que
22 fossem concluídas as especialidades o concurso seria lançado, sendo que ainda faltava
23 assinarem um documento, relativamente ao PRR, para que o processo ficasse resolvido.
24

25 Quanto à questão do encerramento de estradas lembrou que tinham de saber se a estrada
26 era municipal ou não porque se não fosse municipal haveria obrigações de servidão que
27 tinham de avaliar, mas estavam disponíveis e tinham falado com os proprietários para
28 resolverem aqueles problemas, mas não eram situações fáceis.
29

30 Em relação à Estrada da Chainha recordou que já lá tinham efetuado intervenções e que
31 era necessário realizarem mais, mas que aquela questão das bandas não era fácil, razão
32 pela qual, por exemplo, nas estradas nacionais praticamente não se verificarem, porque
33 havia alguma discussão acerca daquela utilização.
34

35 Sobre o imóvel no Bairro Senhora da Saúde informou que já tinham efetuado vários
36 contactos com o proprietário e também já se tinham disponibilizado para comprarem
37 aquela parte do prédio, para poderem abrir a estrada, mas não tem sido fácil chegarem a
38 acordo e não sabia se valeria a pena avançarem para uma possível expropriação.
39

40 Acerca dos acampamentos ilegais considerou que tinham intervindo e muito, que tinha
41 falado com o senhor Comandante da PSP e transmitido ao senhor Presidente da Junta da
42 Malagueira que pensava que as intervenções tinham de ser imediatas, ou seja, assim que
43 houvesse um acampamento ilegal tinha de haver uma intervenção imediata porque
44 deveriam existir consequências e já o tinham feito recentemente, sendo que nas
45 propriedades privadas a situação era muito mais complicada por terem que obter a
46 autorização dos proprietários.
47

48 Relativamente à questão da situação da tesouraria disse ter transmitido rigorosamente
49 aquilo que eram as dificuldades e as medidas que tinham sido tomadas para as acautelar,
50 que estavam em funcionamento, e que algumas seriam propostas no âmbito das Opções
51 do Plano e do Orçamento para o próximo ano e que haveria a oportunidade de as discutir.

1 Em relação ao empréstimo aprovado confirmou que estava a ser aplicado exatamente de
2 acordo com as obras previstas, nomeadamente na rede viária.
3

4 Quanto ao problema do trânsito disse que era evidente que quando obras com aquela
5 amplitude eram efetuadas afetavam o trânsito e causavam problemas, mas já tinham
6 tomado um conjunto de medidas, nomeadamente a preocupação com os transportes
7 públicos, mas que, obviamente, não iriam resolver o problema enquanto a obra se
8 mantiver porque o levantamento total do piso naquela zona impedia qualquer passagem.
9 Referiu que estavam a estudar a questão dos autocarros de turismo, porque o que faziam
10 não era adequado, e que pretendiam ter duas zonas, uma a norte e outra a sul, para o
11 respetivo estacionamento.
12

13 Acerca dos parquímetros informou que os antigos se não estavam naquele momento todos
14 recolhidos, estavam em vias de o serem.
15

16 Confirmou que havia, de facto, um déficit de mais de 1 milhão de euros na tesouraria em
17 consequência da falta da transferência de verbas para o pessoal não docente e que tinha
18 sido uma das questões que tinha colocado ao Senhor Ministro da Coesão, que ficou de
19 analisar e responder rapidamente.
20

21 Sobre o Plano Local de Habitação transmitiu que estavam realizadas 441 candidaturas,
22 referentes a 441 habitações, com o valor total de financiamento pedido de 53 milhões de
23 euros, mais IVA, que já estavam aprovados até aquele momento 9,7 milhões de euros,
24 mais IVA, e que aguardavam a aprovação na ordem dos 43 milhões de euros, sendo que
25 entretanto tinha havido uma Resolução do Conselho de Ministros, estando a analisar a
26 possível aplicação para poderem aumentar o nível de aprovações, que era o objetivo
27 daquela resolução.
28

29 Em relação à Escola de Santa Clara confirmou que estavam a fazer a arqueologia e que
30 poderiam haver problemas na obra porque a arqueologia era obrigatória e não a podiam
31 ultrapassar.
32

33 Relativamente à obra da água em São Manços informou que já estava adjudicada e
34 estavam a tratar com o empreiteiro, para que comesse tão rápido quanto possível,
35 portanto, quando estivesse tudo acertado e assinado o contrato contactariam a Senhora
36 Presidente para realizarem a ação previamente acordada.
37

38 **O deputado Ananias Quintano** disse que não estava a faltar à verdade porque há cerca
39 de 2 anos tinham apresentado à Câmara Municipal, como o Senhor Presidente sabia, um
40 levantamento e um orçamento dos parques infantis da Câmara que tinham problemas, que
41 naquela altura o arranjo dos parques seria de 16.000 euros, que a Junta também se oferecia
42 para, com a Câmara, resolverem aquela questão e até tinham falado em assinarem um
43 protocolo, mas numa reunião promovida pelo Senhor Vereador Alexandre Varela com
44 técnicos da Câmara, um Arquiteto e um Engenheiro, foi-lhes comunicado que quem
45 reparava os parques infantis eram os trabalhadores da Câmara e lembrou que, há cerca
46 de um mês e pouco, tinham voltado a falar sobre aquele assunto numa reunião com o
47 Senhor Presidente da Câmara, que lhes solicitou que sondassem quanto seria o orçamento
48 atual, e era o que estavam a fazer, mas, de facto, o protocolo tinha ficado por assinar e
49 considerou que o poderiam ter feito.

1 Sobre a questão da reparação das condutas informou que continuava parada e sobre os
2 acampamentos ilegais salientou que, depois de uma reunião com o Senhor Comandante
3 da Polícia, pelo menos naquela zona a situação tinha melhorado.
4

5 **O deputado Francisco Brito** começou por solicitar ao Senhor Presidente da Câmara as
6 provas do concurso do projeto de Arquitetura do Salão Central, e perguntou se em relação
7 à responsabilidade da E-REDES já tinha avançado com um pedido de imunização, para
8 que fossem compensados o Município e os Eborenses, por aquele atraso.

9 Em relação ao pessoal não docente, e como tinha dito a deputada da CDU, que a alegada
10 dívida do Governo era referente aos subsídios de férias, ou de Natal, o que foi também
11 referido pelo Senhor Presidente da Câmara na reunião de Câmara Municipal, mas as
12 outras Câmaras Municipais do distrito diziam que tinham recebido a verba referente aos
13 subsídios, portanto, haveria alguma confusão e algumas dívidas porque o processo tinha
14 sido trabalhado pelo Governo anterior, como sabiam, mas que não era referente aos
15 subsídios, portanto, solicitou que aquela situação fosse mais bem explicada.
16

17 **O deputado Luís Pardal** referiu que o Senhor Presidente da Câmara não tinha
18 respondido a algumas questões por ele colocadas e, concretamente, perguntou se na
19 próxima semana poderiam colocar as estruturas das tampinhas no espaço público.

20 Em relação às bandas redutoras de velocidade disse que, de facto, uma situação era, as
21 estradas nacionais, outra as locais e que pela Autoridade Nacional para Segurança
22 Rodoviária era perfeitamente passível, bastava ler a legislação.

23 Sobre o Senhor Presidente da Câmara ter agradecido à população que limpava as ruas,
24 disse que era de sublinhar e de agradecer, mas que as Juntas de Freguesia urbanas também
25 desempenhavam aquele papel e não recebiam nada.
26

27 **O deputado Luís Ramalho**, em relação ao antigo caminho que ligava a Freguesia de São
28 Miguel de Machede a Nossa Senhora de Machede, realçou que estava sinalizado e
29 mapeado como do Caminho de Santiago e também como da Grande Rota do Montado.

30 Relembrou a questão, já por si abordada, das transferências bancárias de vários valores
31 que eram efetuadas para as Juntas de Freguesia, mas que não eram identificadas, para que
32 pudessem ser corretamente registadas nas rubricas.

33 Relembrou que, em São Miguel de Machede, se iriam realizar as comemorações do Dia
34 de São Miguel e agradeceu pelo facto de realmente terem um palco digno para ser
35 utilizado pelos artistas, pelo que convidou todos os presentes a participarem naquelas
36 comemorações.
37

38 **O Presidente da Câmara Municipal**, em relação ao concurso do Salão Central,
39 informou que estava, obviamente, na plataforma, mas que teria todo o gosto em cedê-lo.
40

41 Sobre a transferência das verbas clarificou que se tinha referido ao pagamento de 14
42 meses e que as verbas recebidas só contemplavam 12 meses, que tinham um relatório
43 aprovado pela Comissão de Acompanhamento e pela DGEstE, que tinha sido entregue ao
44 Senhor Ministro da Coesão, onde demonstravam aqueles valores e consideravam que
45 tinha havido algum problema no cálculo dos duodécimos, e quanto ao que se passava com
46 as outras Câmaras Municipais disse que não tinha conhecimento.
47

48 Relativamente ao que Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse sublinhou que sabia
49 bem o papel que as Freguesias tinham ao nível da limpeza que, obviamente, era um papel
50 que reconhecia, mas estava a referir-se essencialmente aos populares.
51

1 No que toca àquela questão do palco, colocada pelo Senhor Presidente Luís Ramalho,
2 disse que era importante que os pedidos fossem realizados atempadamente para se
3 poderem organizar, porque, muitas vezes, quando não tinham palco procuravam
4 encontrar soluções que, às vezes, não eram as melhores, no entanto congratulou-se pelo
5 facto de a situação estar resolvida.

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** chamou a atenção de que era óbvio que não
8 iriam terminar os trabalhos naquele dia, pelo que, após debate, foi acordada a interrupção
9 daquela sessão, pela uma hora e quarenta minutos do dia seguinte, e que fosse retomada
10 no dia 04 de outubro, o que foi aceite por todos os presentes.

11
12 Retomada a sessão no dia 04 de outubro de 2024, pelas vinte horas e trinta minutos, o
13 **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou o senhor Presidente da Câmara, os
14 Senhores Vereadores, os deputados Municipais, o público presente, os que
15 acompanhavam remotamente e todos os funcionários que apoiavam a sessão.

16
17 Estiveram presentes os membros da Mesa:

18 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

19 **1º Secretário - Mário Augusto Bragado Monginho** (em substituição de Ananias Delfim
20 Courelas Quintano)

21 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais
24 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:

25 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes

26 - Carlos Alexandre Godinho Pirraça (em substituição de Maria Clara Canotilho Grácio)

27 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo

28 - Joaquim Manuel Manageiro Ramalho (em substituição de José Maria Rodrigues
29 Figueira)

30 - Ulisses Sarmiento Pinto Grave Couvinha (em substituição de Gertrudes da Conceição
31 Gomes Pastor)

32 - Maria António Cara-Linda B. S. Boieiro (em substituição de António João Tonaco
33 Gavela)

34 - Joaquim António Filipe Pimpão

35 - Hermógenes Ferreira da Silva Boleto Simões Ribeiro (em substituição de Bruno Manuel
36 dos Santos Martins)

37 - David Miguel Mirrado Lopes

38 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita

39 - Maria Cristina Correia Santos Mata

40 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)

41 - Natanael José Carvalho da Vinha

42 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro

43 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho

44 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso

45 - David Emanuel Vieira da Silva Prazeres (em substituição de Luís Carlos Fialho Pardal)

46 - Redolfo Constantino Pereira

47 - Paula Cristina Nobre de Deus

48 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa

49 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros

50 - Francisco Manuel Branco de Brito

51 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira

- 1 - António Carlos Lança Carriço (em substituição de Luís Maria Nunes dos Santos)
2 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
3
4 Ausentes:
5 - Isidro José de Oliveira Lobo
6 - José Vitorino Piteira
7 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
8 - Bernarda Julieta da Noite Cota
9 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos

10

11

- 12 A Câmara Municipal fez-se representar por:
13 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
14 - Fernanda Manuela dos Santos Barreiros (em substituição de Henrique Eva Ferreira
15 Carvalho Sim- Sim)
16 - Alexandre Manuel Rosa Varela
17 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
18 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão
19 Calixto)
20 - João António Velhinho Simões (em substituição de Florbela da Luz Descalço
21 Fernandes)

22

23 Ausente:

- 24 - Patrícia José Correia Raposinho

25

26 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 2.

27

28 **2. Projeto de Regulamento Municipal para Serviços de Partilha de** 29 **Micromobilidade na Cidade de Évora.**

30

31 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

32

33 **O Presidente da Câmara Municipal** informou que aquele Projeto de Regulamento
34 estava relacionado com a área da Mobilidade que era acompanhada pelo Vereador
35 Alexandre Varela, a quem deu o uso da palavra para a realização de uma breve
36 apresentação daquele Regulamento, que já tinha sido distribuído.

37

38 **O Vereador Alexandre Varela** realçou que aquele Projeto de Regulamento tinha
39 resultado dos trabalhos realizados no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
40 de Évora, que tinha em vista regular a procura e a oferta de locais de partilha para
41 bicicletas elétricas e trotinetes. Informou que aquele documento tinha sido apreciado na
42 Câmara Municipal, que tinha havido um período de discussão pública, voltando à Câmara
43 Municipal, e não havendo alterações ao documento estava agora na Assembleia, para
44 deliberação.

45

46 **O deputado Francisco Brito** perguntou se tinha havido alguma manifestação de
47 interesse de entidades para a instalação daquele tipo de equipamento ou se aquele
48 regulamento tinha surgido naturalmente no processo do Plano de Mobilidade e se depois
49 poderia haver uma prospeção, por parte da Câmara, ou eventualmente surgirem
50 interessados.

51

1 **O deputado Paulo Ribeiro** saudou, da parte do Movimento Cuidar de Évora, a existência
2 daquele regulamento porque ficariam todos num patamar de justiça e de equidade em que
3 cada vez mais tinham de acolher as mobilidades suaves, pelo que considerou que tinham
4 ali uma ferramenta útil de boas práticas que até poderia mitigar o efeito de exaustão das
5 vias rodoviárias.

6
7 **O Vereador Alexandre Varela** esclareceu que quando iniciaram os trabalhos do Plano
8 de Mobilidade Urbana Sustentável, e com o trabalho preliminar efetuado, do Plano de
9 Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável, o PAMUS, já tinham alguma experiência e
10 algum conhecimento de todo o processo e da forma como estavam organizados, sendo
11 que, de facto, existiam algumas especificidades na cidade de Évora que a diferenciavam
12 de outras cidades e o Centro Histórico era, naturalmente, uma delas até porque era um
13 Centro Histórico muito dinâmico, com muita atividade e naquela circunstância
14 procuraram também refletir aquela especificidade e o que existia e o que poderia vir a
15 existir, em termos do Plano de Urbanização, designadamente as vias estruturantes que
16 estavam previstas também no PDM.

17 Salientou que tinha sido realizado um trabalho bastante exaustivo, naquele domínio,
18 tendo em vista, precisamente, alguns objetivos que estavam no Plano e que resultaram de
19 um desafio do Centro Histórico, e todas as outras vias automóveis, e a possibilidade de
20 terem alternativas, como andar a pé, utilizar transportes públicos e bicicletas, formas de
21 mobilidade suave ou ativa, e que aquele plano tinha sido elaborado tendo em conta todas
22 aquelas questões.

23 Referiu que, paralelamente, tinha sido desenvolvido um outro plano, relacionado com os
24 pavimentos no Centro Histórico, procurando desenvolver várias intervenções em
25 simultâneo, mas sempre de acordo com a filosofia, com os princípios e com os
26 pressupostos do plano e as ciclovias, os canais segregados para a utilização das bicicletas
27 ou das trotinetes eram também importantes, embora o Código da Estrada reservasse os
28 canais rodoviários, também, para as bicicletas, tinha de se ver caso a caso onde era
29 possível ou onde era desejável, e também de acordo com as possibilidades de uma cidade
30 que não tinha à sua disposição recursos inesgotáveis.

31 Em relação à questão da partilha de micromobilidade disse que decorria de duas
32 dinâmicas, nomeadamente o Plano de Mobilidade e, simultaneamente, para responder ao
33 Senhor Presidente da União de Freguesias, a existência de manifestações de interesse,
34 portanto, o que propunham era, precisamente, regulamentar a forma como podiam, ou
35 não, concessionar os locais para o estacionamento das bicicletas e das trotinetes, ou seja,
36 a forma como se poderiam posicionar em relação ao Centro Histórico, respeitando o
37 Património, sendo possível a parametrização, de acordo com as aplicações que possuem
38 e com as suas configurações.

39
40 **O deputado Gonçalo Costa** começou por enaltecer aquele projeto de regulamento
41 municipal porque era importante que todas aquelas questões estivessem devidamente
42 regulamentadas e salvaguardadas e existissem regras definidas de utilização.

43 Em relação à experiência anterior que tiveram com as trotinetes, de situações menos
44 positivas, questionou o senhor Vereador se aquelas situações, nomeadamente o abandono
45 desregulado das trotinetes na via pública, várias situações abusivas de infração do Código
46 da Estrada e outras situações, tinham sido consideradas, previstas e salvaguardadas e
47 expressou a sua preocupação porque algumas autarquias, a nível internacional, que
48 tinham sido das primeiras a fomentar a utilização daqueles serviços de partilha de
49 micromobilidade, tinham recuado devido a uma elevada sinistralidade, associada à
50 utilização daqueles meios de transporte.

1 Considerou importante aquele regulamento e a micromobilidade, mas salientou que tinha
2 de ser visto como uma parte de um todo, que era a mobilidade na cidade de Évora, e o
3 que realmente o preocupava era a pressão, em determinadas horas e locais, já ser muito
4 elevada, provocando grandes constrangimentos na vida das pessoas, competindo à
5 autarquia ter mecanismos, planeamentos e estudos de tráfego, para adotar determinadas
6 atitudes proativas, no sentido de encontrar estratégias que reduzam aquela situação.

7 Reiterou que a sua preocupação era se a Autarquia tinha uma estratégia para a mobilidade
8 na cidade e no Município que estivesse a prever a utilização dos transportes públicos,
9 com horários e linhas adequados às necessidades das pessoas, numa estratégia integrada
10 de mobilidade para o futuro.

11
12 **O Presidente da Câmara Municipal** recordou que tinham elaborado o Plano de
13 Mobilidade Urbana Sustentável, que tinha exatamente aquela característica de visão
14 global e que uma das questões colocadas como objetivo da revisão daquele Plano era,
15 exatamente, repensarem as questões da mobilidade, definindo novas propostas para a
16 mobilidade na cidade, sendo que uma delas já tinha sido apresentada, ou seja, a
17 possibilidade de criarem vias permanentes dedicadas aos transportes públicos.

18
19 Salientou a importância da construção do troço do IP2, que iria retirar muito trânsito do
20 interior da cidade e que era fundamental, e o que foi previsto nos acessos ao novo Hospital
21 Central do Alentejo, que permitiria também desviar o trânsito para a zona Beja, portanto
22 eram exemplos de questões estruturais que, obviamente, iriam levar tempo até estarem a
23 funcionar, mas que eram essenciais.

24
25 **O Vereador Alexandre Varela** esclareceu que o Plano de Mobilidade previa,
26 precisamente, toda aquela interdependência entre os vários modos e a possibilidade de
27 terem locais onde fosse possível um conjunto de transportes ou de formas de transporte,
28 as chamadas plataformas intermodais, portanto aquela era uma pequena parte do plano.
29 Em relação a algumas outras situações que, obviamente, causavam alguma preocupação,
30 disse que no momento em que o Município avançasse com aquele concurso
31 determinariam todas as regras e as obrigações que o concessionário iria ter de cumprir.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
34 intervenção, submeteu o presente ponto a votação.

35
36 **Deliberação do Projeto de Regulamento Municipal para Serviços de Partilha de**
37 **Micromobilidade na cidade de Évora.**

38 **Aprovado por unanimidade, verificando-se 27 presenças.**

39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 3.

41
42 **3. Adendas aos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de**
43 **Escolas do Concelho de Évora | Transferência de Competências no**
44 **domínio da Educação.**

45
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

47
48 **O Presidente da Câmara Municipal** informou que iria dar o uso da palavra ao Vereador
49 Alexandre Varela, que era quem acompanhava aquela área.

50

1 **O Vereador Alexandre Varela** informou que se tratava, essencialmente, de uma
2 pequena adenda para regularização de uma situação que verificaram, no decorrer da
3 Transferência de Competências, sobre a utilização e a possibilidade da cedência de
4 refeitórios escolares pelos próprios Agrupamentos e também algumas situações em que o
5 Município tinha sido solicitado, para realizar aquelas cedências, sobretudo em horários
6 não letivos, e, portanto, o que propunham era que os Diretores dos Agrupamentos
7 estivessem autorizados a realizar aquelas cedências e a disponibilizarem os refeitórios
8 para apoiarem algumas atividades, assim como o Município, e que em qualquer situação
9 haveria sempre lugar a um acordo entre o Município e o Diretor do Agrupamento e
10 também um segundo ponto que era a uniformização do valor que estava associado àquelas
11 cedências.

12
13 **O deputado Natanael Vinha** referiu que iriam votar uma alteração ao Contrato de
14 Descentralização de Competências, que era uma matéria que historicamente despertava
15 interesse por parte de todos os intervenientes na gestão da cidade e disse que gostaria que
16 fosse efetuado ainda um pequeno balanço sobre como decorreu aquela Transferência de
17 Competências, passado um ano letivo, até que existisse um relatório que pudesse ser
18 analisado em profundidade, onde os Diretores das Escolas se pudessem pronunciar e até
19 as Associações de Pais, para terem um conhecimento mais estruturado e aprofundado
20 daquelas matérias.

21
22 **O Presidente da Câmara Municipal** lembrou que já tinham comunicado à Assembleia
23 Municipal que em cada uma das Áreas de Transferência de Competências tinham sido
24 criadas Comissões de Acompanhamento, com a Câmara e os respetivos organismos, para
25 poderem fazer, exatamente a cada momento, um balanço e que aquelas Comissões tinham
26 produzido relatórios, que já ali referiram, nomeadamente quanto à questão do problema
27 financeiro da Transferência de Competências na Área da Educação, portanto, já existia o
28 relatório referente a 2023 e dados referentes a 2024, que teriam todo o gosto em
29 apresentar.

30
31 Realçou que, em termos práticos, o que tinham feito foi exatamente voltarem a entregar
32 aos agrupamentos as Competências que a lei tinha determinado serem centralizadas na
33 Câmara, portanto a Câmara entendeu devolver aquelas competências aos agrupamentos
34 através dos Contratos Interadministrativos, tendo estes, pela sua proximidade e pelo seu
35 conhecimento, uma maior capacidade para o fazer.

36
37 Relativamente ao relatório disse que, de facto, o tinham e que o poderiam disponibilizar
38 aos Membros da Assembleia e, se o entendessem, discutirem o assunto, salientando terem
39 uma preocupação muito forte relativamente à questão do déficit que existia nas verbas do
40 pessoal não docente e que aqueles valores estavam também demonstrados no Relatório
41 que foi aprovado pela Comissão de Acompanhamento e pelo Conselho Municipal de
42 Educação.

43
44 **O deputado Natanael Vinha** agradeceu os esclarecimentos prestados e disse que seria
45 útil que todos tivessem acesso àquela documentação, para poderem acompanhar a
46 temática.

47
48 **O deputado Hermógenes Ribeiro** referiu que a presente proposta levanta uma dúvida,
49 pelo que gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse. Neste sentido, fez
50 a seguinte intervenção:

1 “A que “*UTENTES ADULTOS*” que não pertencem ao agrupamento e que acedem a
2 refeições escolares, a que se refere a proposta e pelas quais o Município vai transferir
3 verbas adicionais para os agrupamentos escolares, nomeadamente 4 euros e 90
4 cêntimos.

5 E também se esse ou outro valor, neste caso qual é cobrado aos referidos “*Utentes*
6 *Adultos*”.

7 Gostaríamos que o Senhor Presidente confirmasse que deste fornecimento de refeições a
8 adultos, não pertencentes ao agrupamento, não haverá qualquer impacto, seja no preço
9 seja na qualidade/quantidade das refeições fornecidas aos alunos do Agrupamento.”

10
11 **O Vereador Alexandre Varela** esclareceu que ocorria sobretudo quando havia
12 atividades externas aos estabelecimentos escolares, por exemplo, a organização de um
13 torneio desportivo em que existia a necessidade de apoiar os clubes organizadores, até
14 com equipas de fora de Évora, e que poderiam fazer as refeições na escola onde estavam.
15 Não se tratava de apoio social, era muito circunscrito àquele tipo de situações que eram
16 pontuais, portanto havia a necessidade de salvaguardar quer os agrupamentos quer,
17 também, o Município.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
20 intervenção, submeteu o presente ponto a votação.

21
22 **Deliberação das Adendas aos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos**
23 **de Escolas do Concelho de Évora | Transferência de Competências no domínio da**
24 **Educação.**

25 **Aprovado por unanimidade, verificando-se 28 presenças.**

26
27 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 4.

28 29 **4. Carta Educativa de Évora.**

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

32
33 **O Presidente da Câmara Municipal** recordou que tinha sido distribuída e já tinha
34 havido a sua apresentação que, embora tendo sido sintética, tinha abordado o essencial e
35 salientou a importância de ter a capacidade para evoluir, ao longo do tempo, e adaptar-se
36 às alterações que se vierem a verificar no sistema de ensino.

37
38 **A deputada Paula de Deus**, em relação ao diagnóstico apresentado, considerou que era
39 importante terem a noção de que em 2011 o concelho de Évora teve uma tendência de
40 crescimento da natalidade contrária à generalidade dos concelhos do país, o que foi um
41 fenómeno que deveriam ter considerado e pensado nas estratégias que se poderiam
42 desenvolver para que não se verificasse que a partir de 2011, infelizmente, se tivesse
43 começado a acompanhar o resto do país, o que não se via refletido em nenhum contexto,
44 durante mais de uma década.

45 Referiu que tinha sido apresentado outro instrumento de planeamento, previsto na lei,
46 com uma parte que poderiam chamar de técnica, mas na verdade não era só técnica, ela
47 correspondia a uma visão dinâmica da cidade.

48 Sobre aquele assunto perguntou ao Presidente da Câmara como tinham observado o
49 aumento de natalidade e o que tinham feito para, pelo menos, tentarem que continuasse
50 em vez do retroceder, como no resto do país.

51

1 **A deputada Paula Pita** em relação à construção, requalificação e ampliação dos
2 equipamentos escolares, considerou interessante que estivessem agendados para o
3 próximo mandato, mesmo o que já tinha sido começado há muito tempo, e se teria
4 acontecido por serem mais ou menos, pelas contas que viu, 46 milhões de euros a 100
5 milhões de euros e questionou de onde viria aquele dinheiro.

6
7 **O deputado Hermógenes Ribeiro** leu a seguinte intervenção:

8 O projeto de Carta Educativa apresentado contém um conjunto de dados estatísticos que
9 são um bom elemento para diagnóstico, pese embora do nosso ponto de vista, existirem
10 algumas omissões, relevantes para a definição do caminho a seguir nos próximos anos.

11 Trata-se de um documento não só de diagnóstico, mas de prospetiva, que define
12 estratégias de intervenção para os próximos 10 anos, numa área tão determinante para o
13 futuro, pelo que se esperava que houvesse maior ambição nas metas a atingir.

14 Do seu ponto de vista falta uma visão estratégica, que integre os diferentes desafios que
15 irão encontrar-se nos próximos 10 anos, seja ao nível da sustentabilidade, no que toca à
16 mobilidade, seja ao nível da oferta pública de equipamentos e da sua requalificação, seja
17 ao nível da integração das diversas comunidades, designadamente de migrantes, que cada
18 vez mais se instalam no concelho, seja da comunidade cigana.

19 Ao nível da mobilidade e da sustentabilidade, continua a ignorar-se a dificuldade no
20 acesso de crianças e jovens aos estabelecimentos e atividades complementares que
21 frequentam, partindo-se do pressuposto que as famílias asseguram, pela via automóvel,
22 as deslocações, com as consequentes dificuldades de horários para quem trabalha, o
23 aumento de custos e o impacto em emissões de CO2.

24 O Bloco de Esquerda considera que a Carta deveria abordar esta questão, e prever a
25 criação de uma rede integrada de transporte público escolar, gerando assim hábito de
26 utilização futura de transporte público.

27 Quanto ao eixo “requalificar equipamentos de pré-escolar, ensino básico e secundário”
28 lamenta-se que em 10 anos se perspetive o aumento de apenas 2 salas no Jardim de
29 Infância Garcia de Resende e 1 sala na EB Horta das Figueiras; o que é muito pouco como
30 comprova o facto de existir um grande número de privadas.

31 Isto sem esquecer que em Évora não existem equipamentos públicos de creche e parece
32 não ser preocupação.

33 Quanto ao Eixo 2 - sucesso e promoção - propostas de intervenção ao nível da qualidade
34 continuam a não haver dados ou referências na promoção do sucesso educativo das
35 comunidades ciganas, em especial das crianças e jovens das famílias nómadas forçadas.
36 Como se comprova que, apesar de serem publicadas “estratégias” para estes nossos
37 concidadãos são de facto invisíveis.

38 Finalmente cremos que não há articulação entre este instrumento e outros,
39 designadamente a Carta está desligada dos objetivos de promoção da educação, ao longo
40 da vida, não havendo o entrosamento necessário com os objetivos de Évora, enquanto
41 cidade educadora.

42 Pelo que atrás se disse, ou seja, pela falta de ambição na definição de estratégias, o Bloco
43 de Esquerda não pode conceder o seu voto favorável à proposta da Câmara Municipal.

44
45 **O Presidente da Câmara Municipal** em relação ao diagnóstico, disse que a sua
46 apreciação era que o Município, na generalidade dos indicadores, estava em melhor
47 posição do que o Alentejo Central e, nalguns casos, até do próprio país, demonstrado
48 pelos números apresentados, e o que era negativo era a situação global que estavam a
49 viver no país e na Europa.

50

1 Relativamente aos equipamentos, esclareceu que, obviamente, não iriam registar para o
2 futuro os equipamentos que já tinham intervencionado, desde a Escola André de Resende,
3 recuperada em 2014, até todas as intervenções que tinham vindo a fazer, mas
4 considerando o que estava previsto para os próximos anos, dando prioridade ao que estava
5 mapeado no acordo nacional entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo.

6
7 Sobre a questão dos acessos, discordou porque o documento previa exatamente uma rede
8 integrada, que até já existia, de transportes escolares e até da acessibilidade às próprias
9 escolas e da articulação daquela Carta com outros instrumentos de planeamento, como
10 por exemplo o Plano de Urbanização e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável,
11 portanto, aquela articulação estava prevista e não lhe parecia que estivesse desligada de
12 outros instrumentos que tinham em conta a própria Carta Educativa.

13
14 **A deputada Paula de Deus** referiu que, de facto, o Município de Évora tinha tido a
15 capacidade de alavancar o desenvolvimento na região, por vários fatores que sabiam, mas
16 ainda assim com as aspas que também reconheciam.

17 Esclareceu que o que tinha dito foi que, até 2011, se registava no concelho uma taxa de
18 natalidade superior à que efetivamente estava a acontecer em Portugal, que havia muitos
19 municípios que tinham políticas de apoio à natalidade e que tinham deixado que aquela
20 tendência acabasse por retroceder, conforme os dados do diagnóstico realizado, mas que
21 a questão era pararem para pensar quando teriam um instrumento como aquele porque
22 aquele fator de subida da natalidade no concelho, era completamente fantástico em
23 relação ao que estava a acontecer no resto do país. Deveriam conseguir ter uma política
24 que acompanhasse a promoção da natalidade, portanto, olhavam para aqueles dados de
25 forma passiva, não tinha sido feito nada, e atualmente estavam a planear políticas, mas o
26 que queriam ver era um plano de promoção da natalidade, e já o queriam ter visto em
27 2011, porque tinham perdido uma oportunidade, pelo que perguntou o que tinha sido feito
28 para continuarem a alavancar aquela promoção da natalidade, o que estava a ser feito,
29 presentemente, de política de natalidade, porque aquela Carta também estava relacionada
30 com dados sociodemográficos.

31
32 **O Presidente da Câmara Municipal** considerou que poderiam discutir as políticas de
33 natalidade na Assembleia, no concelho e no país, mas que não era propriamente o objetivo
34 da Carta Educativa.

35
36 Em relação aos concelhos onde tinham sido adotadas as chamadas políticas de apoio à
37 natalidade, propôs que observassem quais tinham sido os resultados concretos daquelas
38 políticas, porque na generalidade daqueles concelhos o que viram foram casos em que
39 houve ligeiros aumentos, mas que rapidamente a tendência tinha voltado ao que era
40 normal, porque, de facto, o problema da natalidade era um problema geral, mas estava
41 disponível para abordarem aquele assunto numa discussão sobre a questão.

42
43 **A deputada Paula de Deus**, considerando a proposta do Senhor Presidente, e como era
44 quem estava a governar, sugeriu que analisasse a autarquia em 2011 e percebesse o
45 fenómeno que estava a acontecer, que os colocava numa rota desalinhada com o que era
46 a baixa taxa de natalidade e numa rota de crescimento que foi infletida sem ter havido
47 nenhuma reflexão e estando a planear uma Carta Educativa que poderia ser para mais
48 crianças e mais jovens e era para menos e, portanto, o que seria interessante era que
49 houvesse essa reflexão retrospectiva.

50 Sobre os vários concelhos, que tinham adotado aquelas políticas, disse que, de facto,
51 estavam comprometidos com o aumento da natalidade naqueles territórios e no Alentejo,

1 em particular, que tem o problema de baixa natalidade e o problema demográfico,
2 portanto, estavam a falar da Carta Educativo e a passarem ao lado daquela questão.

3
4 **O Presidente da Câmara Municipal** reafirmou estar disponível para discutir aquela
5 questão em concreto e expôs que Portugal era, naquele momento, o terceiro país mais
6 envelhecido do mundo e que era uma questão global e estrutural que tinha de ser avaliado
7 o porquê de ter acontecido, portanto, poderiam ir atualmente aos 308 concelhos e verem
8 qual tinha sido o comportamento de cada um, mas havia, de facto, uma tendência global
9 que tinha impacto em todos os concelhos.

10
11 Sobre a Carta Educativa realçou que ela abordava até a possibilidade de crescimento,
12 porque não tinham estudado apenas a taxa de natalidade, mas também as questões de
13 migração e da necessidade de terem um saldo migratório positivo, por razões óbvias,
14 portanto, tinham feito o diagnóstico, estava realizado, exposto e disponível para ser
15 avaliado e discutido, e que lhe parecia que exigiria uma reflexão muito mais profunda do
16 que aquela que poderiam fazer em meia dúzia de minutos.

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
19 intervenção, submeteu o presente ponto a votação.

20 **Deliberação da Carta Educativa de Évora.**

21 **Aprovada por maioria**, com 27 votos a favor (11 do PS, 7 da CDU, 4 da Coligação
22 Mudar com Confiança, 3 do MCE, 1 do MICAZA e 1 do Chega) e 1 abstenção do BE,
23 **verificando-se 28 presenças.**

24
25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 5.

27 28 **5. Aquisição de serviços de Auditor Externo para Certificação Legal de** 29 **Contas.**

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

32
33 **O Presidente da Câmara Municipal** lembrou já ter transmitido que a Revisora Oficial
34 de Contas, por questões de reforma e de incompatibilidade, não podia continuar em
35 funções, o que que lastimavam, e tiveram que procurar uma alternativa, portanto, o que
36 estavam a propor naquele momento era a contratação de um novo Revisor Oficial de
37 Contas.

38
39 **O deputado António Carriço**, acerca daquele assunto, perguntou ao Senhor Presidente
40 se já tinha algum caderno de encargos definido para o que seria a contratualização do
41 novo revisor oficial de contas onde define a periodicidade, o acompanhamento e o que
42 estava legalmente estipulado, ou se naquela altura ainda não estava nada relacionado com
43 o que seria a atividade desse Revisor Oficial de Contas.

44
45 **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, em termos práticos, era replicar o
46 que já tinham anteriormente, que ia para além daquilo que a lei exigia e, portanto, o que
47 iriam solicitar ao novo Revisor era que mantivesse o que já vinha sendo feito com a
48 anterior empresa, que assegurava a revisão.

49 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
50 intervenção, submeteu o presente ponto a votação.

51

1 **Deliberação da Aquisição de serviços de Auditor Externo para Certificação Legal**
2 **de Contas.**

3 **Aprovado por unanimidade, verificando-se 28 presenças.**
4

5 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 6.
6

7 **6. 16º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de**
8 **2024** – Para conhecimento.
9

10 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
11

12 **O Presidente da Câmara Municipal** informou apenas que tem vindo a ser cumprido
13 com o desfasamento que tinha sempre informado, uma vez que havia um desfasamento
14 inicial de mais de 6 meses, relativamente às datas iniciais, portanto tem vindo a ser
15 cumprido o Plano de Saneamento Financeiro e que lhes apraz registar aquela situação e,
16 portanto, aquele relatório confirmava o seu cumprimento.
17

18 **O deputado Redolfo Pereira**, sobre o indicador do nível de endividamento que estava
19 no Plano de Saneamento Financeiro, disse que em 2024 deveria representar 66,1% e que
20 no final do primeiro semestre estava muito acima daquele valor, apresentava um valor de
21 111,9%, portanto pretendia saber o porquê daquele valor e o que já tinha sido feito para
22 corrigir aquela situação.

23 Sobre a questão dos pagamentos em atraso foi referido que em dezembro de 2023 não
24 havia pagamentos em atraso, no entanto não dizia o valor referente a 30 de junho de 2024,
25 pelo que solicitou aquela informação ou uma informação mais recente.
26

27 **O Presidente da Câmara Municipal** transmitiu que, em relação ao rácio de
28 endividamento não tinha presente o que estava colocado e, portanto, não conseguia,
29 naquele momento, dar uma resposta imediata sobre a situação e disse que, como tem sido
30 demonstrado nos Relatórios de Gestão, o endividamento tinha vindo a ser reduzido
31 substancialmente e que de um excesso de endividamento de 32 milhões de euros, que
32 existia no final de 2013, tinha passado para uma capacidade de endividamento na ordem
33 dos 7 a 9 milhões de euros o que tinha permitido, por exemplo, que contraíssem o
34 empréstimo que abordaram anteriormente.
35

36 Em relação aos pagamentos em atraso disse que, de facto, não havia pagamentos em
37 atraso no final de 2023 e admitiu que em junho de 2024 pudessem haver alguns
38 pagamentos atrasados, mas que, naquele momento, não dispunha daquela informação.
39

40 **O deputado Natanael Vinha** disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido
41 uns montantes sobre o endividamento também com uma componente histórica e a sua
42 questão era se não estava a falar em valores absolutos, mas a falar em valores que
43 dependiam de um rácio de vários fatores, portanto, os 33 milhões de euros que tinha
44 referido, ou 35, e os 6 ou 7 milhões de euros que referiu eram fruto de uma conta que
45 dependia de um rácio com diversos fatores e não eram valores absolutos, ou seja,
46 materializavam-se no fim no número mensurável que tinha acabado de referir, mas eram
47 calculados com base em fatores que se alteravam com o tempo.
48

49 **O deputado Francisco Brito** perguntou se, naquele momento, a Câmara Municipal tinha
50 as dívidas com a CIMAC e com a GESAMB regularizadas.
51

1 **O Presidente da Câmara Municipal**, em relação à questão do endividamento transmitiu
2 que era uma fórmula que existia, e que era legal, em que as variáveis eram exatamente
3 iguais, não sofriam alterações ao longo do tempo e, portanto, eram valores que podiam
4 ser perfeitamente comparados, aliás eram valores oficiais, e não valores da Câmara, que
5 podiam ser obtidos na Direção-Geral da Administração Local e, portanto, tinha referido
6 apenas valores oficiais.

7
8 Relativamente à CIMAC disse que, de facto, tinham dívidas em atraso vencidas naquele
9 momento e em relação à GESAMB pensa que não, mas referiu ter de confirmar a situação.

10
11 **O deputado Francisco Brito**, em relação à CIMAC, questionou se lhes conseguiria dizer
12 qual seria o valor da dívida naquele momento.

13
14 **O Presidente da Câmara Municipal** repetiu que, naquele momento, não lhe conseguia
15 dizer o valor exato da dívida vencida, mas admitiu que pudesse rondar os 400 mil euros.

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 7.

18
19 **7. Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de**
20 **Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal referente aos anos**
21 **de 2022 e 2023 – Para conhecimento.**

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

24
25 **O Presidente da Câmara Municipal** começou por expor que, de facto, tinham tido um
26 atraso relativamente ao Plano de 2022 porque, como era sabido, a responsável da unidade
27 que acompanhava as questões de modernização e de planeamento da Câmara tinha saído
28 e não tinha sido possível a sua substituição de imediato, mas que presentemente
29 recuperaram aquele atraso e informou que tinha havido um significativo cumprimento do
30 que tinha sido proposto, mas havia, de facto, um conjunto de áreas onde não tinham ainda
31 conseguido atingir os objetivos colocados e que eram, naquele momento, as prioridades.

32
33 **O deputado Gonçalo Costa** disse que aquele Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção
34 e Infrações Conexas era imprescindível, lamentando o atraso na sua elaboração e
35 perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se, naquele momento, já poderia prestar à
36 Assembleia Municipal mais informações, relativamente à questão do desfalque da
37 Tesouraria, se já tinha sido realmente apurado o montante global do desvio e se já poderia
38 prestar mais explicações relativamente àquela situação.

39
40 **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que só poderia informar sobre as
41 questões que não decorriam da apresentação ao Ministério Público, mas confirmou que
42 tinha sido concluído o processo disciplinar ao tesoureiro, que conduziu ao seu
43 despedimento, que se tinha comprovado o desvio de verbas e tinha sido feito o
44 apuramento da verba em termos de valor máximo, mas não era um valor que se pudesse
45 considerar definitivo porque, naquele momento, ainda não tinham apurado o valor exato.

46
47 Informou que o processo disciplinar e a sua conclusão tinham sido enviados para o
48 Ministério Público, estando a decorrer o procedimento normal, pelo que teriam de
49 aguardar, sendo que também que a Polícia Judiciária, o DIAP, já lhes tinha solicitado um
50 conjunto de documentos e de informações sobre aquela matéria, e que já tinham

1 fornecido. Portanto, a ideia que tinham era que aquele processo estava em andamento e
2 esperavam que, rapidamente, pudesse dar resultados.

3
4 **O deputado Gonçalo Costa** mencionou que o Senhor Presidente da Câmara referiu que
5 tinha sido desenvolvido um procedimento disciplinar relativamente ao tesoureiro e
6 questionou se tinha sido apenas o tesoureiro o único interveniente naquele processo, ou
7 seja, se o Princípio de Segregação de Funções do Município permitia que uma única
8 pessoa pudesse praticar um desvio daquela natureza ou se havia mais envolvidos,
9 portanto, eram duas questões, se havia mais do que um envolvido ou se o Município tinha
10 nos seus procedimentos situações não acauteladas que não garantiam o Princípio de
11 Segregação de Funções, permitindo que apenas uma pessoa interviesse num processo, e
12 que uma situação daquelas acontecesse.

13
14 **O Presidente da Câmara Municipal** explicou que tinham feito uma auditoria que tinha
15 identificado um conjunto de pessoas passíveis de poderem ser avaliadas e no processo
16 disciplinar três daquelas pessoas foram abordadas, tendo sido uma isentada e a outra tinha
17 tido uma pequena intervenção e, por isso, decorria também uma comunicação no
18 Ministério Público, mas de facto o que se inferiu foi que o grande responsável era o
19 tesoureiro e por isso a conclusão do inquérito propôs o seu despedimento.

20
21 **O deputado Paulo Ribeiro** questionou o Senhor Presidente da Câmara se já estavam
22 avaliadas e implementadas as medidas de mitigação, já tinham sido avaliados os diversos
23 serviços que tiveram impacto direto ou indireto e quais as medidas já pensadas e as que
24 já estavam implementadas, por forma a mitigar aquelas situações num plano futuro.

25
26 **O deputado Natanael Vinha** referiu ter registado que, afinal, havia um relatório, que
27 apareceu e desejou que na próxima apresentação de Contas pudesse também estar
28 presente, no momento, um relatório daquela natureza, não esperando por uma outra
29 oportunidade mais tarde.

30
31 **O Presidente da Câmara Municipal** reafirmou que quando a situação foi detetada foram
32 imediatamente tomadas medidas, com a substituição de toda a equipa e a constituição
33 imediata de uma nova, com a implementação de um conjunto de procedimentos para
34 corrigir a situação e para ser efetuado o seu apuramento, nomeadamente, o pedido de uma
35 auditoria externa, para a avaliação da situação, que resultou, de facto, na identificação de
36 um conjunto de questões em relação às quais foram já tomadas medidas, por exemplo,
37 áreas da Câmara onde foi aconselhado que deveria haver sistema informático e que ainda
38 não havia, questões que não estavam a ser verificadas da Segregação de Funções e foram
39 tomadas imediatamente medidas, portanto tinha havido, de facto, um conjunto de medidas
40 que foram comunicadas na altura à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal assim
41 como todas as questões que daí resultaram.

42
43 Sobre o relatório da auditoria disse que tinha comunicado que, de facto, havia um, mas
44 que, obviamente, não era possível divulgá-lo porque tinha passado para o Ministério
45 Público, assim como o processo disciplinar, e, portanto, aguardavam que o Ministério
46 Público desenvolvesse os seus procedimentos para poderem, assim que possível,
47 divulgarem as conclusões.

48
49 **O deputado Gonçalo Costa** perguntou se alguma entidade externa, como o Tribunal de
50 Contas ou a Inspeção Geral de Finanças, já se tinha pronunciado, relativamente ao Plano
51 de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

1
2 **O Presidente da Câmara Municipal** transmitiu que, como tinham sido aprovados
3 recentemente, ainda não, mas que em relação aos restantes tinham sido enviados para as
4 entidades que estavam identificadas em termos legais e não tinham quaisquer reações que
5 apontassem algum conselho ou orientação, portanto, não tinham, de facto, nenhuma
6 reação daquelas entidades.

7
8 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a ata em minuta iria ser lida pela
11 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

12
13 *“Aos 27 dias do mês de setembro de 2024, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no*
14 *Palácio de D. Manuel a Assembleia Municipal de Évora, em sessão ordinária, que foi*
15 *suspensa e continuou no dia 4 de outubro, tendo deliberado o seguinte: foi aprovado por*
16 *unanimidade o Projeto de Regulamento Municipal para Serviços de Partilha de*
17 *Micromobilidade na Cidade de Évora; foram aprovadas por unanimidade as Adendas*
18 *aos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de*
19 *Évora no âmbito das Transferência de Competências no domínio da Educação; foi*
20 *aprovada por maioria a Carta Educativa de Évora; foi aprovada por unanimidade a*
21 *proposta de Aquisição de serviços de Auditor Externo para Certificação Legal de*
22 *Contas.”*

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a ata em minuta.

25
26 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
27 as deliberações tomadas da presente ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
28 nº 75/2013, de 12 de setembro.

29
30 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
31 terminada a sessão pelas vinte e duas horas, do dia 04 de outubro, da qual para constar se
32 elaborou a presente ata que os membros da mesa subscrevem e assinam.

33
34 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

35
36
37
38
39 _____
40 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

41
42
43 **O 1º SECRETÁRIO**

44 **A 2ª SECRETÁRIA**

45 _____
46 *Mário Monginho*

45 _____
46 -----*Maria da Nazaré Lança*